



QUESTÕES DE PLANEAMENTO EM EDUCAÇÃO

MANUAL PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
NAS ATIVIDADES E PROCESSOS DO
PLANO NACIONAL DO SECTOR DA EDUCAÇÃO.

“CADA PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS VAI (...) SER DESENVOLVIDO SOB A LIDERANÇA DO GOVERNO EM CONSULTA DIRETA E SISTEMÁTICA COM A SOCIEDADE CIVIL NACIONAL”

Quadro de Ação de Dacar 2000

“*Questões de planeamento em educação*” é produzido pela Campanha Global pela Educação (CGE) como uma ferramenta para os cidadãos e as coligações da sociedade civil participarem no diálogo sobre a política do sector educativo. Embora haja uma série de maneiras de a sociedade civil influenciar as políticas e práticas dos decisores, **este manual centra-se especificamente na participação nos processos oficiais de planeamento, desenvolvimento, avaliação e revisão dos planos nacionais do sector da educação**. Ampliar e melhorar a participação da sociedade civil nestes processos é um dos objectivos do Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF) - um programa coordenado pela CGE e pelos parceiros regionais, e financiado em grande parte pela Parceria Global pela Educação (PGE), para financiar e construir capacidade nas coligações de defesa da sociedade civil em mais de 50 países de baixo rendimento e de rendimento médio-baixo. Este manual deve, portanto, ser de particular relevância para as coligações apoiadas pelo CSEF. Os Planos do Sector de Educação são os principais componentes dos processos da PGE a nível nacional, e este manual baseia-se em requisitos e procedimentos da PGE para o desenvolvimento de planos do sector, principalmente através do envolvimento com Grupos Locais de Educação.

Os Planos nacionais do Sector da Educação devem, de acordo com o Quadro de Ação de Dacar, ser desenvolvidos pelos governos em diálogo com a sociedade civil. Este manual tem como objetivo ajudar a tornar esse processo uma realidade.

AGRADECIMENTOS

“*Questões de planeamento em educação*” foi escrito por Caroline Pearce e Kjersti J. Mowé, com uma extensa pesquisa e insumos de David Clarke e David Balwanz. Agradecimentos especiais são devidos a Douglas Lehman, Tara O’Connel, Andiwo Obondoh, Purna Shrestha, Boaz Waruku, Leslie Tettey, Kim Anh Nguyen, Tahirou Traore, Janet Muthoni Ouko, Catherine Asego, Chioma Osuji, Priscilla Kare e Jorge Mendoza, bem como a uma série de coligações nacionais de educação que contribuíram com as suas histórias e experiências de envolvimento com o planeamento do sector numa variedade de contextos.

O manual é publicado de forma independente pela Campanha Global pela Educação (CGE), e a sua preparação foi financiada pela Iniciativa BACKUP alemão - Educação em África.

A CGE é um movimento da sociedade civil que apela aos governos para pôr em prática o direito à educação. Com membros em mais de 100 países, a nossa rede reúne organizações de base, sindicatos de professores, grupos de direitos da criança, organizações não governamentais, associações de pais e grupos comunitários. A CGE promove a educação como um direito humano básico, e mobiliza o público para que exerça pressão sobre os governos e comunidade internacional para cumprirem os seus compromissos de oferecer educação pública gratuita e de qualidade para todos.

Esta edição ©Campanha Global pela Educação 2014. Todos os direitos reservados.

25 Sturdee Avenue, Rosebank, Johannesburg 2132, África do Sul

www.campaignforeducation.org

Imagem da capa: Sala de aula em Dakar, Senegal

Copyright Kjersti Mowé/Global Campaign for Education

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE: INTRODUÇÃO	6
AS ORIGENS DESTES MANUAIS	7
O PORQUÊ ESTES MANUAIS?	8
A QUEM SE DESTINAM?	9
COMO USAR OS MANUAIS?	10
SEGUNDA PARTE: CONHEÇA O HISTORIAL - O QUE A SOCIEDADE CIVIL PRECISA DE SABER	11
PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO	12
O que é um Plano do Sector da Educação?	12
De onde vêm os Planos do Sector da Educação?	14
Como é desenvolvido o Plano do Sector da Educação e quem está envolvido?	14
Como é posto em prática o Plano do Sector da Educação?	15
O que visam atingir os Planos do Sector da Educação?	15
Como é medido o progresso?	16
Como são monitorizados os Planos do Sector da Educação?	17
Como devem ser os Planos do Sector da Educação?	17
PARCERIA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO	18
O que é a Parceria Global pela Educação?	
Quem dirige a PGE?	
Quem pode candidatar-se a financiamento da PGE?	
O GRUPO LOCAL DE EDUCAÇÃO	20
O que é um Grupo Local de Educação?	20
Qual é a sua função?	20
Quem dirige o Grupo Local de Educação?	20
Que outros atores relevantes existem?	
Qual é o papel do GLE na aplicação de financiamento da PGE?	21
Por que é que a sociedade civil se deve envolver com o GLE?	21

TERCEIRA PARTE: COMO ENVOLVER-SE? O QUE PODE FAZER A SOCIEDADE CIVIL 22

PREPARATIVOS PARA SE ENVOLVER 23

- Definindo o valor da participação - por que deve a sociedade civil estar presente? 23
- O que é que sabe? Apresente provas sólidas 24
- O que é que quer? Definir metas claras 25
- Com quem é que está a falar? Entenda as suas ligações e partes interessadas 25
- Escolhendo o seu ponto de acesso 26
- Pôr as ideias em prática 26

PESQUISA E ANÁLISE 27

- A Participação da sociedade civil na análise do sector da educação 27
- O que trabalhar e com quem trabalhar? 27
- Fazer contribuições significativas 28
- Que desafios podem surgir quando se envolver na análise do sector da educação? 30

MOLDANDO O PLANO - USANDO A SUA ANÁLISE 31

- Participação no desenvolvimento do Plano do Sector da Educação 31
- Definição de prioridades, objetivos e metas políticas 32
- Identificar os programas e atividades de ação 32
- Aspectos práticos da implementação 33
- Mobilização de recursos para o plano 33
- Desenvolver um Plano de Ação 34

APROVAÇÃO DO PLANO 35

- O que é a aprovação? 35

MONITORIZAÇÃO DO PLANO 37

- Monitorização e avaliação 37
- Como é que a sociedade civil pode participar? 38

QUARTA PARTE: RECURSOS ADICIONAIS 40

QUINTA PARTE: WORKSHOP E NOTAS DA FORMAÇÃO 42

- Plano de formação de dois dias



Hora de recreio em uma escola em Accra, Gana
Copyright Kjersti Mowé/Global Campaign for Education

PRIMEIRA PARTE: INTRODUÇÃO

“A SOCIEDADE CIVIL TEM MUITA EXPERIÊNCIA E TEM UM PAPEL CRUCIAL A DESEMPENHAR NA IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS PARA OS OBJECTIVOS DA EPT E NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA AS REMOVER. ... A TODOS OS NÍVEIS DE TOMADA DE DECISÃO, OS GOVERNOS DEVEM CRIAR MECANISMOS REGULARES DE DIÁLOGO QUE PERMITAM AOS CIDADÃOS E ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL CONTRIBUIR PARA O PLANEAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO BÁSICO. ISTO É ESSENCIAL, A FIM DE FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE QUADROS DE GESTÃO EDUCACIONAL RESPONSÁVEIS, ABRANGENTES E FLEXÍVEIS. ”

Quadro de Ação de Dacar 2000

AS ORIGENS DESTES MANUAIS

Os governos reconheceram o direito humano fundamental à educação, pelo menos desde 1948, e assumiram compromissos detalhados para oferecer Educação para Todos em Jomtien, em 1990, em Dakar, em 2000, e (em parte) através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Como resultado, tem havido avanços, especialmente em termos de aumentar o acesso ao ensino. De 1999 a 2010, o número de crianças que não frequentam a escola no nível primário caiu 47 milhões, e a proporção de raparigas matriculadas na escola primária aumentou de 79% para 88%. Em relação a 1990, mais trinta milhões de crianças estão a frequentar a escola secundária, e mais 132 milhões de jovens e adultos - dos quais 42 milhões têm entre 15 e 24 anos - são capazes de ler e escrever.¹ No entanto, 127 milhões de crianças ainda não frequentam o ensino primário ou secundário inferior, 93 países confrontam-se com uma escassez crónica em relação ao número de professores necessários para leccionar no ensino primário universal, e uma em cada cinco mulheres em todo o mundo não sabe ler nem escrever. Muitas vezes as crianças na escola são amontoados em salas de aula superlotadas, sem materiais de aprendizagem, e com professores com pouca ou nenhuma formação, com salários baixos e sem qualquer apoio.

Os governos do mundo têm reafirmado repetidamente o seu compromisso para com o direito humano básico à educação, o que significa que todos tenham acesso a ensino gratuito de qualidade, fornecido por professores formados e qualificados, em ambientes de aprendizagem seguros, sem discriminação. Mas as declarações internacionais, e até mesmo promessas governamentais nacionais, não nos levam diretamente aos resultados que precisamos. A forma como os estados implementam os seus compromissos, e como são responsabilizados por isso, faz uma diferença crucial: o que estão a tentar fazer? Responde ao que os pais e as crianças estão a pedir? E é efetivamente implementado? Os governos têm a responsabilidade de garantir que a educação para todos se torne uma realidade, mas não operam num vácuo. Alcançar a EPT exige que os governos sejam ágeis e ativos e que os cidadãos criem um momentum, exijam a mudança, garantam a relevância, façam o seguimento dos avanços e responsabilizem os governos pelas suas promessas. Tudo isto precisa de acontecer através da ação organizada da sociedade civil .

A CGE acredita que uma sociedade civil bem informada e ativa, facilitando o aumento da participação do cidadão, é fundamental para garantir o desenvolvimento, implementação e monitorização eficaz de planos e políticas que ponham em prática os objectivos da EPT e os objectivos nacionais de educação. Isto pode ajudar a superar algumas das muitas barreiras para a realização dos objectivos da EPT, incluindo a falta de vontade política, quadros políticos fracos, planeamento que não responde à realidade, a exclusão das populações marginalizadas, fraca mobilização de recursos e má alocação - ou abuso - de fundos.

A sociedade civil tem um papel crucial a desempenhar, trazendo uma grande variedade de vozes e perspectivas, incluindo as que normalmente não são ouvidas na elaboração de políticas. Ao promover a consciência dos direitos de educação, políticas e realidades, através da mobilização de organizações e cidadãos para que se envolvam, e representando as suas opiniões em espaços políticos oficiais, a sociedade civil pode:

- Mobilizar os cidadãos e trazer vozes de outra forma marginalizadas para o planeamento do sector da educação
- Ajudar a garantir que os objetivos nacionais são apropriadas para o país
- Manter pressão sobre o governo para alcançar esses objetivos nacionais
- Assegurar que os planos são baseados em realidades e prioridades nacionais e locais
- Chamar a atenção para a desigualdade ou a negligência em relação a certos grupos
- Conseguir apoio público para exigir um investimento adequado, dirigido para onde é necessário
- Acompanhar o impacto das políticas e a utilização dos fundos, e informar sobre tal, a fim de impulsionar a ação
- Destacar as lacunas na política ou na implementação, especialmente em áreas de desigualdade, negligência de certos grupos ou uso ineficiente ou inadequado de recursos
- Aumentar a prestação de contas, transparência e eficiência na governação do sector da educação.

PORQUÊ ESTE MANUAL?

Há muitas formas de os cidadãos influenciarem políticas e práticas dos governos e outros tomadores de decisão, desde a organização de movimentos de protesto em massa até ser membro de um grupo de ação do governo que discuta planos e políticas do sector da educação.

A CGE produziu este manual centrando-se numa abordagem particular e relevante: **envolver-se nos processos oficiais relativos ao planeamento do governo no sector da educação, incluindo o desenvolvimento, avaliação, monitorização e processos de revisão relacionados com os planos do sector da educação.**

O desenvolvimento, conteúdo, implementação e acompanhamento dos planos do governo no sector da educação ajudam a determinar a possibilidade de um país pôr em prática o direito à educação para todos os seus cidadãos. Quando, em 2000, os líderes mundiais se reuniram no Fórum Mundial de Educação em Dacar e prometeram garantir apoio financeiro aos países, com planos credíveis e desenvolvidos democraticamente, para alcançar a Educação para Todos (EPT), eles não se comprometeram apenas a trabalhar em conjunto para melhorar a educação, eles também estabeleceram um padrão para o planeamento do sector da educação, tanto em termos da qualidade do plano nacional, como no que diz respeito à participação na sua criação. A participação ampla de vários grupos da sociedade ajuda a garantir a propriedade e a credibilidade dos planos nacionais, e demonstra o compromisso nacional para com o sector da educação.

A Parceria Global para a Educação (PGE) fornece o financiamento e apoio para melhorar a educação em países em desenvolvimento parceiros. Para obter o financiamento da PGE, os países precisam de criar um Plano do Sector da Educação, e conseguir apoio de parceiros de desenvolvimento; este é o principal instrumento para orientar decisões relativas ao apoio técnico e financeiro para o sector. Serve também como documento de referência para monitorizar as atividades e avanços do sector da educação. Finalmente, o Plano do Sector da Educação

fornece uma ferramenta importante para que os governos nacionais obtenham outros fundos para apoiar o orçamento da educação.

Este manual tem como objetivo apoiar a sociedade civil para que fortaleça os conhecimentos, técnicas e capacidades que os cidadãos precisam de ter para se envolverem em atividades que ajudem a moldar o Plano do Sector da Educação, com um foco particular em países apoiados pela PGE. O manual descreve como estes processos de análise do sector, desenvolvimento de plano, orçamento, avaliações do plano, monitorização e revisão tendem a funcionar na prática, observando que as necessidades de financiamento da PGE estabelecem um processo padrão para o desenvolvimento, avaliação e monitorização dos Planos do Sector da Educação. Isto envolve necessariamente o diálogo, não só entre os doadores e o governo, mas também com outros parceiros de desenvolvimento (ou seja, ONG nacionais e internacionais e as OSC, associações e sindicatos de professores, agências de desenvolvimento e o sector privado) no que a PGE chama os 'Grupos Locais de Educação'. O papel da PGE no apoio ao desenvolvimento do sector da educação em países de rendimento baixo e médio baixo, e o compromisso de incluir a sociedade civil nestes desenvolvimentos, cria tanto uma necessidade como uma oportunidade para uma maior participação da sociedade civil nos processos formais a nível nacional. Este manual tem como objetivo fornecer informação, orientações, conselhos e exemplos relevantes. Enquanto a PGE incentiva a participação ampla e inclusiva nos GLE, a sociedade civil nacional é, por vezes, excluída destes espaços, e este manual analisa algumas formas de aceder e garantir um envolvimento mais efetivo.

O manual foi produzido pela Campanha Global pela Educação e baseia-se tanto em documentos oficiais como na experiência das coligações da CGE para destacar as oportunidades de envolvimento da sociedade civil, as melhores práticas e os obstáculos comuns.

A QUEM SE DESTINA?

O guia pode ser útil para coligações de defesa da sociedade civil e movimentos de cidadãos de todo o mundo em desenvolvimento, que estejam a tentar fazer do direito à educação uma realidade nos seus países. Grande parte da discussão é sobre os processos de planeamento e estruturas que são endossados pela Parceria Global pela Educação e outros doadores, e, portanto, é provável que seja mais relevante em países financiados pela PGE e naqueles com um financiamento significativo dos doadores para a

educação. É particularmente relevante para as coligações apoiadas pelo Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF), um programa gerido pela Campanha Global pela Educação e parceiros, sendo que a maior parte do seu financiamento vem a partir da PGE, que apoia a atividade da sociedade civil no sector da educação nos países elegíveis para a PGE. O CSEF está a contribuir para um maior e mais significativo envolvimento no planeamento, monitorização e processos de revisão oficiais do sector da educação .



Crianças na escola primária, Luanda, Angola
Copyright Kjersti Mowé/Global Campaign for Education

COMO USAR O MANUAL?

Este manual está dividido nas seguintes secções:

PRIMEIRA PARTE: INTRODUÇÃO

Por que criámos este manual e para que serve.

TERCEIRA PARTE: COMO ENVOLVER-SE? O QUE PODE FAZER A SOCIEDADE CIVIL

Contém informações básicas sobre termos e temas relevantes para o planeamento do sector:

- Planos do Sector da Educação
- Parceria Global pela Educação
- Grupos Locais de Educação

TERCEIRA PARTE: COMO ENVOLVER-SE? O QUE PODE FAZER A SOCIEDADE CIVIL

Contém abordagens práticas e ferramentas para as várias fases do envolvimento da sociedade civil nos processos de planeamento do sector (com referência a orientações e recomendações oficiais da PGE):

- **Preparar-se para participar:** recomendações de melhores práticas sobre o que fazer e pensar antes de se envolver em processos nacionais de planeamento
- **Pesquisa e análise:** Como envolver-se na análise do sector que vem antes do planeamento
- **Moldando o plano:** como ser parte do processo de elaboração do plano do sector da educação
- **Avaliação do plano:** como contribuir para os processos oficiais de aprovação do plano
- **Acompanhamento do plano:** ser parte do processo de avaliação e informação sobre se o plano está a funcionar

QUARTA PARTE: OUTROS RECURSOS

Há uma quantidade considerável de informações, recursos e materiais disponíveis que as coligações da sociedade civil podem aproveitar quando se envolverem com os processos de planeamento do sector da educação. Esta secção lista alguns deles.

QUINTA PARTE: WORKSHOP E NOTAS DA FORMAÇÃO

A metodologia sugerida para formar os membros da coligação e outras organizações da sociedade civil ou cidadãos na utilização do manual de modo a que se tornem ativamente envolvidos em processos de planeamento do sector da educação.

Este manual pode ser utilizado como um todo ou em parte, como um documento de referência, e como um guia para o planeamento. Está desenhado de modo a que secções diferentes possam ser impressas e partilhadas separadamente - por exemplo, para uso em formação ou workshops. No entanto, recomendamos vivamente que leia o texto e garanta a compreensão da informação relevante na parte de preparação, antes de embarcar em aspectos práticos da parte três. No site da CGE estão disponíveis recursos adicionais para acompanhar este documento. As suas ideias, comentários e sugestões são bem vindos. Contacte-nos através do email learning@campaignforeducation.org.

SEGUNDA PARTE: CONHEÇA O FUNDO - O QUE A SOCIEDADE CIVIL PRECISA DE SABER

PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

Esta seção tem como objetivo proporcionar ao leitor a compreensão da natureza dos Planos do Sector da Educação, o que são, de onde vêm e o seu propósito. Embora esta seção mencione os aspectos técnicos do desenvolvimento e acompanhamento do Plano do Sector, não entra em detalhes sobre a forma como a sociedade civil se pode envolver com esses processos, visto esse ser o âmbito principal da “Parte três: Como participar?»

“NENHUM PAÍS SERIAMENTE EMPENHADO NA EDUCAÇÃO PARA TODOS SERÁ IMPEDIDO DE REALIZAR ESTE OBJETIVO POR FALTA DE RECURSOS. (...) AS CHAVES PARA LIBERTAR ESSES RECURSOS SÃO A PROVA, OU POTENCIAL PARA ASSUMIR COMPROMISSOS POLÍTICOS SUSTENTADOS; MECANISMOS EFICAZES E TRANSPARENTES PARA A CONSULTA COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS DE EPT; E PROCESSOS CONSULTIVOS BEM DEFINIDOS PARA O PLANEAMENTO E GESTÃO DO SECTOR.”

Quadro de Ação de Dacar 2000

O QUE É UM PLANO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

Um Plano do Sector da Educação é um documento oficial do governo que estabelece o que o governo quer atingir no sector da educação, muitas vezes com referência específica a alcançar a EPT, e as estratégias que vai usar para o fazer.

O plano geralmente inclui os seguintes componentes

- i. **Análise do Sector e da política (fornece a lógica por detrás do plano):**

- a. Análise do progresso e lacunas, específica ao contexto, no sector da educação, abrangendo áreas como o acesso, equidade, qualidade, gestão, finanças, prestação de contas etc.
- b. Visão geral dos quadros legais que regem o sector da educação, tais como leis, políticas, atos do parlamento, compromissos internacionais, iniciativas do governo
- ii. **Quadro estratégico e programa:**
 - a. Os objetivos e metas do sector da educação, e como estes se encaixam com objetivos mais amplos de desenvolvimento nacional
 - b. As políticas e legislação que precisam de ser implementadas ou revistas
 - c. Os programas e atividades a ser implementados para atingir as metas
- iii. **Modalidades de implementação:** Os papéis e responsabilidades dos diferentes atores envolvidos no planeamento, gestão, implementação e acompanhamento do sector da educação
- iv. **Custos e financiamento:**
 - a. Custo estimado da implementação do plano
 - b. Fontes de financiamento para a implementação do plano do sector
- v. **Monitorização e avaliação:** A estratégia para a revisão regular do sector da educação
- vi. **Desenvolvimento de capacidades:** identificação de lacunas e estratégia para capacitação de parceiros de implementação no sector da educação
- vii. **Plano de ação:** contém detalhes sobre as atividades de curto prazo e programas. Anualmente é realizada a avaliação de desempenho e revisão do plano.

Enquanto os Planos do Sector da Educação normalmente contêm os aspectos listados acima, o nome, conteúdo, apresentação, calendário, que subsectores são cobertos e até mesmo como são produzidos, pode variar de país para país. Às vezes não é o único plano que rege o sector da educação; o governo pode, por exemplo, ter um plano estratégico de longo prazo para o sector da educação, juntamente com um plano de implementação de curto prazo. A tabela a seguir apresenta algumas das possíveis formas que um plano pode tomar:

OBJECTIVO	ÂMBITO	PRAZO	ESTRUTURA	ELEMENTOS ADICIONAIS	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> • Define a estratégia do governo para a educação • Deve guiar a ação por meio da política, prática e • Usado como um meio de garantir o financiamento da PGE e / ou outros doadores internacionais • Pode ser ajustado ao longo do tempo 	<p>OPÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agenda completa da EPT • Ensino Primário Universal • Ensino Básico Universal • Reforma do Sector Escolar • Pode incluir Cuidados na Primeira Infância e Educação e alfabetização de adultos e capacidades para jovens, se dentro da competência do Ministério da Educação • EPT e mais além, ou seja, incluindo o ensino superior 	<p>OPÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planos de longo prazo (10 anos +) • Planos de médio prazo (3-5 anos) • Planos de curto prazo (1-3 anos) 	<p>OPÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano autónomo do sector da educação • Parte do plano de desenvolvimento nacional • Parte do Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) 	<p>O PSE PODE SER ACOMPANHADO POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um plano específico sobre a realização dos objectivos da EPT • Um plano de implementação / ação custeado abrangendo um período de tempo mais curto (muitas vezes o Quadro de Despesas de Médio Prazo) • Planos a nível provincial, distrital ou mesmo a nível escolar 	<p>OPÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo «tecnocrático» liderado por, por exemplo, uma Unidade de Planeamento • Plano desenvolvido pelo governo com o Grupo Local de Educação (a abertura e transparência variam) • Planos desenvolvidos com forte participação das partes interessadas e orientação estratégica



Crianças na escola rural na Nicarágua
Copyright Stine Christiansen

Vale a pena notar que a PGE requer que o Plano do Sector da Educação seja acompanhado por uma implementação ou plano de ação, como mencionado acima; muitas vezes esse plano é visto como um componente integrado do plano sectorial, que também é assumido neste manual. Além disso, a avaliação externa e o apoio ao desenvolvimento do plano sectorial (feito normalmente através do Grupo Local de Educação) são pré-requisitos para obter financiamento da PGE para apoiar a implementação desse plano. Como garantir um envolvimento significativo através do GLE é destacado nos próximos capítulos.

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE

As Orientações da PGE para a Preparação e Avaliação do Plano do Sector da Educação é um útil documento de referência que define como um plano deve ser composto e estruturado: <https://www.globalpartnership.org/content/global-partnership-education-education-plan-development-grant-guidelines> .

Ir para recursos adicionais, página 40, para exemplos de planos do sector da educação

DE ONDE VÊM OS PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

O Quadro de Ação de Dacar 2000 refere-se ao plano de EPT como uma ferramenta de orientação central para o sector da educação, e um documento que, se for credível e desenvolvido democraticamente, mostra o compromisso para alcançar a Educação para Todos, e, como tal, inclui a importância do apoio da comunidade internacional. Desde então, os países em todo o mundo têm-se esforçado para desenvolver Planos do Sector da Educação de boa qualidade, para demonstrar sua dedicação à educação, e para ajudar a atrair o apoio dos doadores, necessário para financiar os seus planos. A Parceria Global pela Educação (PGE) tem sido um importante financiador dos Planos do Sector da Educação em países de baixo rendimento desde a sua criação, em 2002. Ter acesso ao fundo da PGE implica a existência de um Plano Nacional do Sector da Educação credível. Enquanto os Planos do Sector da Educação podem incluir o sector da educação na sua totalidade, mesmo para além da EPT, a PGE concentra os seus recursos na parte EPT destes planos.

COMO SE DESENVOLVE UM PLANO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO E QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?

Os Planos Nacionais do Sector da Educação são desenvolvidos através de um processo abrangente de análise do sector e planeamento estratégico. O Quadro de Dacar e as orientações da PGE afirmam claramente que o desenvolvimento de planos nacionais para alcançar os objectivos da EPT deve ser conduzido pelos governos, em colaboração com os parceiros, incluindo a sociedade civil nacional. Na prática, muitas vezes não é este o caso: os governos nacionais estão normalmente no lugar do condutor, embora os parceiros doadores sejam muitas vezes fortemente envolvidos na condução os trabalhos e, por vezes, podem até tomar um papel de liderança; os governos podem também desenvolver os planos isoladamente da sociedade civil. No entanto, as recomendações da PGE para que todas as partes interessadas participem nas discussões em torno do desenvolvimento e aprovação do plano sectorial dá à sociedade civil a oportunidade de trazer para o debate pesquisas e informações e participar em discussões para influenciar detalhes do plano e orçamento, garantindo que este reflita as necessidades dos cidadãos, particularmente dos grupos excluídos. **A CGE acredita que a sociedade civil deve ter um papel reconhecido e pleno na criação dos Planos do Sector da Educação, e ser membro de pleno direito de quaisquer grupos de interesse que sejam necessários para fornecer dados ou para avaliar os planos nacionais.**

As quatro primeiras seções da Parte Três centram-se detalhadamente nos processos de desenvolvimento do Plano do Sector da Educação.

COMO É POSTO EM PRÁTICA O PLANO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

O plano final é uma ferramenta de trabalho, utilizada para guiar a ação: todas as atividades governamentais no sector da educação devem surgir a partir dele ou, pelo menos, devem estar em sintonia com ele. É também um documento vivo, no sentido em que pode ser ajustado durante a sua implementação. Nos processos da PGE, um plano de ação é uma parte importante do Plano do Sector da Educação, já que contém mais detalhes sobre programas e atividades específicos que serão implementados. Por vezes chama-se um plano de implementação ou um plano operacional, e é organizado em torno do quadro de objectivos e resultados do Plano do Sector da Educação. De acordo com a PGE, os Planos de Ação devem incluir:

- Ligações claras entre o quadro estratégico do Plano do Sector da Educação (por exemplo, os objectivos e estratégias da política) e programas e atividades específicos
- Uma descrição clara e organizada dos programas e das atividades associadas
- Detalhes dos insumos necessários (incluindo os custos totais e os custos unitários)
- Data de início e data final dos programas e atividades
- Pormenores sobre as fontes de financiamento para todas as atividades
- Funções e responsabilidades para implementação, monitorização e elaboração de relatórios da atividade
- Resultados esperados (ligados a um quadro de resultados).

O QUE VISAM ATINGIR OS PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

Enquanto o Plano do Sector da Educação tende a ser o quadro central para atingir os objetivos prioritários no sector da educação, há uma variação em relação ao que tal inclui. O Quadro de Ação de Dacar fez um apelo aos governos para que desenvolvessem planos nacionais de EPT que levariam à concretização de todos os objetivos da Educação para Todos. Na prática, porém, o desenvolvimento de planos específicos para alcançar o ensino primário universal (EPU), em linha com os Objetivos, mais estreitos, de Desenvolvimento do Milénio, têm muitas vezes tido maior importância para os governos e os parceiros doadores. A PGE (ainda como Fast Track Initiative - FTI) geria o Fundo Catalítico, que dava apoio financeiro apenas aos Planos para o Ensino Primário Universal. Como tal, muitos dos Planos do Sector da Educação anteriormente desenvolvidos tendem a negligenciar áreas como a educação infantil, a alfabetização de adultos e capacidades dos jovens. A PGE sofreu um processo de reforma nos últimos anos, e ampliou a sua abordagem a questões mais amplas do sector (incluindo a sustentabilidade financeira do sector global). Isso ajudou a incentivar um planeamento e implementação de atividades mais eficaz, por parte de todas as fontes de financiamento e em todo o sector.



“A PGE SOFREU UM PROCESSO DE REFORMA NOS ÚLTIMOS ANOS, E ISSO AJUDOU A INCENTIVAR UM PLANEAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES MAIS EFICAZ, POR PARTE DE TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO E EM TODO O SECTOR.”

COMO É MEDIDO O PROGRESSO ?

A fim de ser capaz de medir o progresso, a PGE incentiva o desenvolvimento de um quadro de resultados para estabelecer ligações entre os objetivos da política do Plano do Sector da Educação (e programas e atividades associados) e resultados esperados

(ou seja, produtos, resultados e impacto). Um quadro de resultados pode ser criado de várias maneiras diferentes, mas geralmente compreende componentes semelhantes aos incluídos na tabela abaixo. Esta tabela ilustra um quadro de resultados, usando o exemplo de um programa de prevenção de abandono escolar de raparigas.

COMPONENTE	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
ATIVIDADES DO PROGRAMA / CONTRIBUTOS	Atividades relacionadas com um programa específico	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de clubes de raparigas • Construção de instalações sanitárias para raparigas • Formação de professoras e orientadores
PRODUTOS DO PROGRAMA	Resultados diretos das atividades do programa	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 100 clubes de raparigas • Construção de 200 instalações sanitárias • Formação de 5.000 professoras e orientadores. <p><i>Note-se que os produtos do programa podem ser organizados por temas, tais como a "melhoria da qualidade das escolas" ou "apoio a crianças marginalizadas", que incluem diversas atividades.</i></p>
RESULTADOS ESPERADOS	Os resultados esperados do programa, estão normalmente relacionados com o objetivo da política	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da taxa líquida de matrícula das raparigas (TLM) • Redução do abandono escolar das raparigas no ensino secundário inferior
IMPACTO ESPERADO	'Objetivo final' do objectivo político	<ul style="list-style-type: none"> • O aumento da escolaridade e alfabetização das raparigas
DADOS DE BASE	Os dados que são medidos no início do programa	<ul style="list-style-type: none"> • TLM atuais para raparigas e rapazes, desagregadas por região, deficiência e rendimento • Taxas de abandono atuais para raparigas e rapazes, desagregadas por região, deficiência e rendimento
ALVOS	Objetivos a alcançar no final do Plano do Sector da Educação (PSE)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a TLM das raparigas em 10%: metas específicas para determinadas regiões e para raparigas com deficiência • Reduzir em 5% o abandono escolar das raparigas: metas específicas para determinadas regiões e para raparigas com deficiência

COMO SÃO MONITORIZADOS OS PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

A monitorização e avaliação dos avanços no sector da educação são feitas numa base contínua, anual e de longo prazo. Normalmente faz-se uma revisão formal da implementação do PSE no “*Joint Sector Review (JSR)*” (Revisão Conjunta do Sector), que é um esforço de colaboração entre governos, parceiros doadores e outras partes interessadas, para avaliar os avanços na implementação dos planos nacionais do sector e no alcance dos objetivos. A sociedade civil deve (pelo menos em teoria) fazer parte destas revisões, e está numa posição privilegiada para fazer comentários e contributos. As Revisões Conjuntas do Sector são frequentemente realizadas numa base anual, mas podem ser mais ou menos frequentes. Um documento de referência fundamental para qualquer JSR é o relatório anual do governo sobre a implementação do PSE do ano anterior. Dar uma atenção especial e fazer uma revisão deste documento é uma excelente oportunidade para que a sociedade civil envolva construtivamente o governo e outros parceiros de desenvolvimento.

Parte Três, “Monitorização do Plano”, centra-se na monitorização dos planos do sector em detalhe

COMO DEVEM SER OS PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

O Quadro de Ação de Dacar apelou a que os governos desenvolvessem, através de um processo participativo, planos nacionais de Educação para Todos, que sejam simultaneamente *abrangentes* e *credíveis*. A PGE e outras agências repercutiram este apelo nos seus requisitos e processos para a obtenção de financiamento.

- **Abrangente:** A PGE definiu como plano “abrangente” aquele que abrange o sector global da educação, se estende a “médio prazo”, muitas vezes três anos, e inclui um quadro de resultados para monitorização e avaliação da estratégia, um quadro de financiamento abrangente e um plano de ação plurianual (ou plano de implementação).
- **Credível:** Afirmar que um plano é credível, levanta a questão de quem julga sobre a sua credibilidade, e em que base. Os parceiros doadores veem sempre se o plano tem objetivos claros e se é estratégico, com custos calculados, exequível e adaptado ao contexto do país. Também deve ser baseado em provas, sensível à equidade e com responsabilidades claramente definidas incluindo papéis e responsabilidades claros e uma monitorização e avaliação sensíveis às comunidades. A sociedade civil pode precisar de ajudar a garantir que estes aspectos sejam considerados, e também deve acompanhar o processo de desenvolvimento, certificando-se que ocorre de forma consultiva e é orientado para o país, em vez de ser um produto exclusivo, académico ou de consultoria.

Ao envolver-se com os processos de desenvolvimento do Plano do Sector da Educação, a sociedade civil também deve trabalhar no sentido de garantir que os planos tenham a equidade no seu centro, e sejam, inclusivos, flexíveis e viáveis.

A PARCERIA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO

O QUE É A PARCERIA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO?

A Parceria Global pela Educação (PGE) é um consórcio de várias partes interessadas composto por governos doadores, agências de desenvolvimento multilaterais, governos dos países em desenvolvimento, a sociedade civil, incluindo os professores, e outras partes interessadas, que trabalham em colaboração para melhorar a educação nos países mais pobres do mundo. A Parceria funciona através da mobilização de parceiros em torno de um único plano nacional de educação em cada país, e fornece financiamento para esse plano, bem como procura incentivar outros doadores a coordenar o seu financiamento em torno desse plano. Desde a sua criação, em 2002, altura em que era conhecida como Fast Track Initiative, a PGE cresceu de sete países em desenvolvimento parceiros para 59 em 2013 e já alocou cerca de US \$ 3.700 milhões em apoio aos planos do sector da educação, tornando-se assim no quarto maior doador para o ensino básico em países de baixo rendimento, e com planos de expansão.

A PGE está atualmente a trabalhar para o seu plano estratégico 2012-2015, que se baseia nos quatro objetivos seguintes:

- **Acesso para Todos:** Todas as crianças têm acesso a um espaço seguro, devidamente equipado para receber educação, com um professor qualificado.
- **Aprendizagem para Todos:** Todas as crianças têm capacidades básicas de literacia e numeracia logo nos primeiros anos de escolaridade.
- **Alcançar Todas as Crianças:** Os recursos são centrados nas crianças mais marginalizadas e aquelas que vivem em Estados frágeis e afetados por conflitos.
- **Construindo para o Futuro:** Os sistemas nacionais têm a capacidade e integridade para oferecer, apoiar e avaliar a educação de qualidade para todos.

Foram identificados cinco objectivos dos quais cada um apoia, pelo menos, dois dos objectivos estratégicos, com foco em:

- Apoio a Estados frágeis e afetados por conflitos
- Ensino das raparigas e ambientes de aprendizagem
- Aprendizagem nos primeiros anos de ensino
- Qualidade e professores
- Ajuda e financiamento interno para a educação.

A PGE trabalha globalmente para aumentar a atenção dada à educação e para partilhar recursos e conhecimentos de uma ampla variedade de parceiros em prol da educação.

Através desta abordagem fornece financiamento coordenado aos Planos do Sector da Educação desenvolvidos nacionalmente em países de baixo e médio-baixo rendimento, trabalhando com Grupos Locais de Educação (GLE) como os principais grupos de governo a nível nacional. Esta metodologia de parceria contribuiu para resultados significativos em países PGE, como a melhoria das taxas de conclusão do ensino primário e aumento das alocações de financiamento interno nos países em desenvolvimento. Em média, o financiamento interno nos países em desenvolvimento parceiros da PGE aumentou 10% em percentagem do PIB após a adesão destes países à parceria. As principais realizações da PGE estão descritas no seu site e no Relatório sobre os Resultados da Aprendizagem 2012 (www.globalpartnership.org/content/results-learning-report-2013/).

QUEM DIRIGE A PGE?

A PGE é explicitamente uma parceria de diferentes partes interessadas. Globalmente, é governada por um Conselho de Administração com membros de cada um dos grupos eleitorais da PGE, e é apoiada por um secretariado e um conjunto de Comissões do Conselho. O Conselho de Administração acorda políticas e estratégias para a Parceria, mobiliza recursos, toma decisões finais de financiamento, discute questões políticas, monitoriza o progresso e fornece instruções ao Presidente do Conselho e ao Secretariado. Os mandatos do Conselho são de dois anos, mas um representante pode ocupar um cargo durante mais tempo, mediante acordo entre o eleitorado; alternativamente, a representação do Conselho poderá mudar a meio de um mandato. Cada lugar dos grupos eleitorais é composto por um membro efetivo e um membro suplente. Atualmente, a composição do Conselho e o número de grupos eleitorais é o seguinte:

- África - governos (3)
- Ásia e Pacífico - governos (1)
- Europa Oriental, Médio Oriente e Ásia Central - governos (1)
- América Latina e Caraíbas - governos (1)
- Governos doadores (6)
- Sociedade civil (3, dos quais um é explicitamente para a profissão docente)
- Sector Privado e Fundações (1)
- Agências multilaterais / Bancos (3)

Os três grupos eleitorais da sociedade civil são: sociedade civil norte / Internacional (OSC 1), sociedade civil dos países em desenvolvimento (OSC 2) e profissão docente (OSC 3). Os representantes do conselho da PGE OSC 1 e 2 são eleitos através de um processo democrático

gerido pela Campanha Global pela Educação, para representar o ponto de vista da sociedade civil nas discussões do Conselho (com base no feedback e pontos de vista dos membros do grupo eleitoral) e para partilhar as decisões do Conselho com a sociedade civil global. Para mais informações sobre este processo, entre em contato com o Secretariado da CGE (learning@campaignforeducation.org). Os representantes OSC 3 são apoiados através da Internacional de Educação, a federação global de sindicatos de professores. Os atuais representantes da sociedade civil no Conselho da PGE são:

- **Sociedade civil do Norte (OSC1):** David Archer, ActionAid International (Membro) e Joseph Nhan-O'Reilly, Save the Children UK (Suplente)
- **Sociedade civil do Sul (OSC2):** Cheikh Mbow, COSYDEP Senegal (Membro) e Madiana Samba, Coligação EFA Serra Leoa (Suplente)
- **Profissão docente (OSC3):** Marième Sakho Dansokho, SYPROS Senegal (Membro) e David Edwards, Educação Internacional (Suplente)

A PGE adoptou recentemente uma nova estrutura de governança, com o objetivo de aumentar a eficiência, transparência e voz do Conselho, melhorar a atenção sobre questões globais e monitorizar melhor os resultados. Deste modo foi introduzido um novo conjunto de comités, sendo cada um responsável por fornecer conselhos e recomendações ao Conselho dentro de áreas designadas. Estas incluem:

- **Comité Coordenador:** Apoia o/a Presidente da PGE na coordenação geral e na tomada de decisões
- **Comité de subsídios e de desempenho:** faz recomendações e acompanha o progresso em relação aos subsídios dos países
- **Comité de Governança, Ética, Risco e Finanças:** Supervisão da governança, ética e riscos e gestão financeira
- **Comité de Estratégia e Política:** Supervisiona o desenvolvimento da estratégia e da política.

O *Secretariado da PGE* fornece suporte técnico e administrativo ao conselho da PGE, parceiros de países em desenvolvimento e outras partes interessadas. Também é responsável por facilitar a pesquisa, comunicação e aprendizagem, e pela promoção e funcionamento geral da parceria. O Banco Mundial atua como um administrador no lado financeiro, e é responsável pela *administração* e transferência de fundos para beneficiários do Fundo PGE.

As políticas, estratégias e estruturas de governança da PGE estão sempre sujeitas a mudanças (em linha com as discussões

e decisões tomadas pelo Conselho de Administração). Como tal, é importante que a sociedade civil se mantenha informada sobre as últimas atualizações e desenvolvimentos no âmbito da Parceria, verificando regularmente o site da PGE (www.globalpartnership.org), ou a secção sobre a Parceria Global pela Educação no site da CGE (www.campaignforeducation.org).

QUEM PODE CANDIDATAR-SE A FINANCIAMENTO DA PGE?

Os recursos da PGE visam fortalecer a educação nos países mais pobres do mundo e, como tal, a elegibilidade a financiamento da PGE é determinada pelo nível de pobreza, vulnerabilidade da educação, fragilidade e as taxas de conclusão do ensino primário de um país. O financiamento para a **implementação** de programas e Planos do Sector da Educação (Subsídio de Implementação do Programa) é reservado para os países de baixo rendimento e frágeis, bem como para alguns pequenos Estado-ilha. Atualmente, 65 países são elegíveis. Além disso, subsídios mais pequenos para **desenvolver ou reaver** os Planos do Sector da Educação (Subsídio para o Desenvolvimento do Plano de Educação) estão disponíveis para 14 países de rendimento médio-baixo adicionais. A lista de países elegíveis (que podem mudar ao longo do tempo, de acordo com as decisões do Conselho de Administração da PGE) estão disponíveis no site da PGE: www.globalpartnership.org/eligibility-for-program-implementation-grants. A PGE também apoia a sociedade civil através do Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF), um fundo da responsabilidade da CGE, bem como através de alguns programas globais e regionais administrados pelo Banco Mundial, UNESCO, Internacional de Educação, UNICEF e outros.

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE

- www.campaignforeducation.org/en/building-the-movement/civil-society-education-fund
- PGE: <http://www.globalpartnership.org/e> secção dedicada à PGE no site da CGE
- Elegibilidade PGE : www.globalpartnership.org/finance-and-funding/gpe-fund/program-implementation-grant/indicative-allocations
- Financiamento PGE : <http://www.globalpartnership.org/finance-and-funding/global-partnership-for-education-fund/>

O GRUPO LOCAL DE EDUCAÇÃO

O QUE É UM GRUPO LOCAL DE EDUCAÇÃO?

Um Grupo Local de Educação (GLE) junta o governo, doadores e outros intervenientes chave do sector² para apoiar o desenvolvimento, implementação e monitorização do Plano do Sector da Educação. O nome pode variar de país para país, por exemplo “Grupo de Coordenação da Educação” no Zimbabué, “Comité de Desenvolvimento do Sector da Educação” na Libéria, e “Grupo Consultivo Local sobre Educação” no Bangladesh. **A PGE refere-se a todos eles como “Grupos Locais de Educação” ou “GLE”, e é assim que nos referimos a eles neste manual.**

Embora de acordo com um relatório recente da PGE³ todos os países PGE tenham um Grupo Local de Educação, esta estrutura pode não ser necessariamente formal ou oficial, e nem sempre é conhecida pela sociedade civil. O tamanho e a composição dos GLE também difere. A PGE relata que as associações podem variar de menos de 10 membros a mais de 100. A maior parte dos Grupos incluem departamentos governamentais e doadores que são ativos no sector da educação (alguns também têm outros ministérios ou departamentos). As ONG internacionais (ONGI) estão muitas vezes representadas e, em algumas ocasiões, os prestadores de educação do sector privado participam. Embora a PGE incentive a participação da sociedade civil nos GLE, às vezes os representantes locais das organizações da Sociedade Civil e os professores são deixados de fora, ficando a sociedade civil limitada às ONG internacionais. Observou-se, através de monitorização e avaliação realizada pela CGE, que em alguns países a sociedade civil é deliberadamente excluídas dos GLE, e noutros momentos a sociedade civil tem um lugar, mas a sua participação, ou influência, é limitada. É fundamental que a sociedade civil seja ativa, credível, com participantes respeitados nos GLE, e que demonstre o seu valor aos governos e doadores. O Gana e o Camboja são exemplos de países com forte participação da sociedade civil nos GLE, e a participação dos cidadãos está a melhorar em muitos outros locais, como no Lesoto e na Serra Leoa.

QUAL É A SUA FUNÇÃO?

Os Grupos Locais de Educação surgiram da vontade dos doadores melhor coordenarem a sua ajuda ao desenvolvimento - tanto com os governos como uns com os outros.

² Os tipos de partes interessadas varia de acordo com o país e o contexto político, mas pode, por exemplo, incluir ONG, a sociedade civil nacional, os sindicatos de professores, grupos de profissionais do sector, grupos de reflexão, escolas superiores de educação ou faculdades, sector privado, associações de pais, etc.

³ Relatório PGE sobre Capacidade GLE 2014

Independentemente do nome, este é o grupo que reúne governo e parceiros para discutir o sector da educação. No contexto da PGE, o GLE é uma parte essencial dos processos a nível nacional e o principal mecanismo para garantir a adesão de membros à PGE, para o desenvolvimento, avaliação, aprovação e acompanhamento dos Planos do Sector da Educação, bem como para a aplicação de financiamento PGE. É “*um forum de colaboração para o diálogo político e para o alinhamento e harmonização do apoio técnico e financeiro ao Plano do Sector da Educação*” (Guia de Processo PGE a Nível de País, 2012). As suas principais funções são:

- Facilitar o diálogo colaborativo e tomada de decisões sobre os planos do sector da educação
- Regular a comunicação e partilha de informação relacionada com as atividades do sector, avanços e desafios
- Assegurar a monitorização, avaliação e revisão regular do sector, geralmente por meio de processos Conjuntos de Revisão do Sector
- Facilitar os pedidos de financiamento à PGE

QUEM DIRIGE O GRUPO LOCAL DE EDUCAÇÃO?

Em teoria, e nas orientações da PGE, os Grupos Locais de Educação são responsabilidade do governo nacional. Na prática este nem sempre é o caso. De acordo com o relatório da PGE de 2014 sobre a Capacidade dos GLE, pouco menos de dois terços dos grupos eram presididos ou copresididos pelo Ministério da Educação. Sob a orientação da PGE, o GLE nomeia uma das agências oficiais de doadores (muitas vezes o principal doador) para agir como *uma agência de coordenação (AC), que “tem um papel central para facilitar o trabalho do GLE, sob a liderança do governo.”* É preciso uma atenção especial para que exista consistência e liderança no GLE.

Uma apropriação significativa do país implica uma gestão cuidadosa da participação dos diferentes atores; como tal, pode ser útil desenvolver um código de conduta que garanta o envolvimento e apropriação de uma grande parte dos intervenientes, incluindo a sociedade civil.

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA AS AGÊNCIAS COORDENADORAS PGE

www.globalpartnership.org/content/terms-reference-coordinating-agencies

QUE OUTROS ATORES RELEVANTES EXISTEM?

Enquanto os processos PGE requerem o envolvimento do GLE no desenvolvimento e acompanhamento dos Planos do Sector da Educação, também exigem avaliação e aprovação dos planos pelo *Grupo de Parceiros de Desenvolvimento*. O Grupo de Parceiros de Desenvolvimento (GPD) deve incluir todos os parceiros que apoiam o governo no desenvolvimento e implementação do Plano do Sector da Educação, embora na prática o GPD às vezes seja composto apenas por doadores. O grupo pode ser um subgrupo do GLE, um grupo mais ou menos idêntico ao do GLE, ou uma entidade separada. A PGE afirma que a sociedade civil pode e deve juntar-se a esses grupos, e a CGE incentiva as ligações da sociedade civil a participar. Também se espera que o GPD seja ativo na Revisão Conjunta do Sector.

QUAL É O PAPEL DO GLE NOS PEDIDOS DE FINANCIAMENTO À PGE?

Os pedidos de financiamento à PGE são desenvolvidos e apresentados através de envolvimento do governo no seio do Grupo Local de Educação. A PGE fornece diretrizes detalhadas para este processo, que inclui as seguintes etapas:

1. Comunicação do GLE com o secretariado da PGE
2. Desenvolvimento do Plano do Sector da Educação (o país também pode solicitar financiamento para o processo de desenvolvimento do próprio PSE). Os GLE devem estar envolvidos
3. Apreciação e aprovação do Plano do Sector da Educação - o GPD deve estar envolvido
4. Pedido de Subsídio para Implementação do Programa ligado ao PSE
5. Implementação e monitorização do PSE - tanto o GLE como o GPD (se separados) devem estar envolvidos

Durante todo o processo de candidatura, os membros do GLE e da Agência de Coordenação trabalham em estreita colaboração com a Equipa de Apoio ao País do Secretariado da PGE. Um dos parceiros da PGE deve assumir o papel de entidade supervisora (ES), para supervisionar o Subsídio de Implementação do Programa, transferir os fundos para o beneficiário e reportar ao GLE e ao GPD o andamento do processo.

POR QUE É QUE A SOCIEDADE CIVIL SE DEVE ENVOLVER COM O GLE?

As organizações locais da sociedade civil, em particular as ligações nacionais de educação, estão numa posição única para fornecer provas e pesquisa que reflitam as reais necessidades dos cidadãos e que possam ser usadas para melhorar a política, planeamento e implementação da educação.

Idealmente, o seu contributo para o GLE, com base nos fortes laços comunitários, pode ajudar a delinear a política, legislação, estratégias de implementação, orçamento e desenho institucional. Para o fazer, a sociedade civil precisa de planear o seu envolvimento com o GLE. A sociedade civil também pode usar o GLE para responsabilizar os doadores e os governos e para apresentar preocupações, incoerências e discrepâncias na implementação e gastos.

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CANDIDATURA AO FUNDO PGE

www.globalpartnership.org/content/country-level-process-guide

As quatro primeiras seções da Parte Três, a partir da página 20, vão centrar-se na forma como a sociedade civil se pode envolver nos processos de planeamento do sector, incluindo através do GLE

As quatro primeiras seções da Parte Três, a partir da página 20, vão centrar-se na forma como a sociedade civil se pode envolver nos processos de planeamento do sector, incluindo através do GLE.

ESTUDO DE CASO: EFICÁCIA DO GLE NO QUÊNIA

No GLE do Quênia os membros partilham uma compreensão conjunta do papel da sociedade civil como um interveniente comum no grupo, o que abre oportunidades valiosas para a coligação nacional de educação, *Elimu Yetu Coalition* (EYC), expressar as preocupações e recomendações dos cidadãos. Em geral as opiniões da coligação são respeitadas e levadas a sério, o que é o resultado dos esforços da EYC para reforçar a sua credibilidade, trazendo qualidade e pesquisa e evidências relevantes para a mesa de trabalho. Enquanto as agências de doadoras tendem a assumir um papel de liderança, a EYC muitas vezes age como facilitador nas discussões entre os parceiros do GLE.

A coligação apercebeu-se que há alguns elementos-chave para garantir que a eficácia do grupo seja mantida. Muitas vezes depende dos membros e da liderança, e pode até depender de personalidades. A fim de garantir a eficiência é importante garantir a clareza do mandato que o GLE tem dentro de processos PGE, e qualquer nova liderança precisa de indução suficiente para evitar interrupções no diálogo. Também é útil para tentar criar um espírito de colaboração e reiterar um propósito comum, permitindo espaço para que todas as partes possam contribuir e partilhar opiniões.

TERCEIRA PARTE: COMO ENVOLVER-SE? O QUE A SOCIEDADE CIVIL PODE FAZER

PREPARATIVOS PARA SE ENVOLVER

DEFINIR O VALOR DA PARTICIPAÇÃO: POR QUE É QUE A SOCIEDADE CIVIL DEVE ESTAR PRESENTE?

O envolvimento dos cidadãos nos processos do plano do sector da educação é tanto valioso como necessário para atingir os objetivos da educação. Antes de iniciar o diálogo para influenciar a mudança de política, é importante pensar em que podemos contribuir e porque a sociedade civil deve estar presente na sala onde as decisões são tomadas. Os resultados desta análise devem ser um lembrete do **porquê de estarmos a fazer o que estamos a fazer**. É fundamental que a sociedade civil não fique para trás, mas se esforce por contribuir e conduzir as discussões com contributos de qualidade baseados em provas credíveis. O objetivo deve ser o de demonstrar aos governos e doadores que as organizações da sociedade civil são copilotos indispensáveis. Na melhor das hipóteses, a sociedade civil deve agir como uma forma de representar as vozes dos cidadãos, incluindo, em particular, os cidadãos mais marginalizados, em discussões oficiais, e atuando como uma ponte entre a realidade da comunidade e os processos oficiais. Contributos específicos podem incluir:

- Advogar abordagens mais abrangentes para o planeamento do sector
- Contribuir com conhecimento e compreensão específicos sobre as realidades do sector da educação, especialmente a nível da comunidade
- Realizar pesquisa e análise para disposições específicas no Plano do Sector da Educação e propor soluções e recomendações concretas
- Apresentar projetos bem sucedidos que funcionam no terreno e que podem influenciar a prática nacional
- Amplificar as vozes e perspectivas de diferentes grupos de interesse da sociedade, especialmente os mais desfavorecidos, bem como professores, pais e alunos
- Reforçar a responsabilidade, garantindo uma ampla consciência pública dos compromissos e responsabilidades do governo e mobilizar uma mais ampla participação e apoio da sociedade civil, da comunidade e das partes interessadas
- Reforçar a responsabilidade envolvendo os cidadãos no rastreamento do desempenho e eficácia da prestação de serviços, especialmente a nível local.

Ao trabalhar em conjunto, de forma coordenada e eficaz, a sociedade civil pode fazer uma diferença significativa na relevância e qualidade dos Planos do Sector da Educação, contribuindo para a análise que ajuda a formular estes planos, influenciando o que está no plano, trazendo o seu conhecimento sobre o que está a acontecer no terreno para ser tido em conta na monitorização, avaliação e implementação do plano, e assumindo um papel fiscalizador, exigindo transparência e prestação de contas de todas as atividades relacionadas com a sua implementação.

CONHEÇA OS SEUS PRÓPRIOS RECURSOS

Para ter este impacto, é importante estar devidamente preparado. Coloque a si próprio as perguntas abaixo, e tente identificar quais os recursos que já tem na sua rede - pode então planear como transformá-lo no que precisa para obter o que deseja.

QUEM É VOCÊ? DEIXE CLARO QUEM (REALMENTE) REPRESENTA E QUAIS SÃO OS SEUS PONTOS FORTES

Os grupos eleitorais da sociedade civil de base ampla têm um impacto muito maior nas discussões do sector da educação, e trabalhar em conjunto abre a porta para o conhecimento e a experiência de outras organizações que podem ser introduzidos nos debates e construir credibilidade. Certifique-se que esclarece quem representa, e o que o seu grupo pode trazer para a mesa. As perguntas chave são:

- Quem são os seus membros / componentes? Que organizações / grupos da sociedade / áreas geográficas representa? Que grupos ainda não fazem parte da sua coligação, e como pode alcançá-los?
- Que conhecimento, experiência e ligações e redes a nível comunitário trazem os seus membros, e como são relevantes para o desenvolvimento e acompanhamento dos Planos do Sector da Educação? Em particular, a que dados e informações é que tem acesso que outros, fora da sociedade civil, não têm?
- Que ligações tem com alvos-chave e públicos como o governo, agências doadoras e meios de comunicação e quem, dentro da sua rede, está melhor colocado para o representar com cada um deles?
- Tem (ou pode construir) um banco de dados que detalhe os links, conhecimento e experiência dos seus membros?

CONSELHOS

Pense sobre a organizar grupos ou comissões temáticas ou funcionais para capturar e desenvolver a especialização em áreas específicas, e construir com base na força do seu eleitorado. Gerir a representação e envolvimento das partes interessadas em grupos eleitorais de base ampla é um desafio, mas crucial para o sucesso: a CGE está a produzir um manual separado onde partilha lições sobre o assunto.

O QUE É QUE SABE? APRESENTE PROVAS FORTES

Certifique-se de que tem todos os factos e números à mão; esteja preparado para falar sobre a experiência direta da sua organização; alimente-se diretamente nas fontes (consultas à comunidade ou exercícios de seguimento) que não são facilmente acessíveis ao governos ou aos doadores. Será ouvido se puder apresentar, com credibilidade, evidência relevante ou representar de forma significativa grupos de cidadãos. As principais perguntas a fazer são:

- Baseando-se no conhecimento e experiência dos seus membros, quais são os principais problemas que acha que precisam de ser plasmados no Plano do Sector da Educação, ou em revisões a este?
- Como são definidas essas questões nas atuais discussões de planeamento do sector da educação? Precisa de os redefinir, ou alterar os termos da discussão?
- Que provas sólidas e que informações sobre estas questões é que já tem dentro da sua rede, ou que competências é que tem para construir essas provas?
- Algumas questões relevantes sobre as quais queira adquirir conhecimento ou construir uma base de evidências? Que capacidades e recursos pode mobilizar dentro da sua rede para o fazer?

ESTUDO DE CASO: A RECOLHA DE PROVAS NA NIGÉRIA

A coligação *Civil Society Action Coalition for Education for All* (CSACEFA) trabalha em várias áreas na Nigéria, incluindo na região de Kwara, situada na zona norte do país. Aqui o governo local pôs em prática a política “todas as crianças contam”, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação na região. No entanto ainda há barreiras que se mantêm, sobretudo no que toca à distribuição de professores nas zonas mais rurais.

Em 2013, a CSACEFA (com apoio do CSEF e da ONG Internacional VSO) levou a cabo uma pesquisa consultando tanto professores como pais, alunos e funcionários governamentais. Os resultados demonstraram uma distribuição muito desigual de professores nas zonas urbanas vs zonas rurais. Os rácios professor / aluno chegaram a 200:1 em algumas zonas rurais e a 13:1 em várias escolas urbanas. O Parlamento de Kwara (House of Assembly) reportou que em algumas escolas rurais um professor estava encarregue dos anos 1 a 6 para além de também acumular o cargo de diretor. A CSACEFA usou estes resultados para defender um melhor recrutamento de professores, distribuição de professores, monitorização e retenção, e bem estar dos professores através de recomendações políticas concretas, partilhadas com o governo e outras partes interessadas. Foi também elaborado um documentário mapeando as questões (www.youtube.com/watch?v=q9MOwr42Nck). Como resultado, foi introduzida uma maior transparência no processo de distribuição de professores, e o Parlamento iniciou um processo para desenvolver legislação sobre um aumento dos subsídios dos professores em zonas rurais. A CSACEFA, desde essa altura também, passou a ser incluída nos processos nacionais de planeamento e na Revisão Anual do Sector da Educação.

O QUE QUER? DEFINIR METAS CLARAS

Quer esteja a concentrar-se em áreas políticas específicas (por exemplo, educação inclusiva, o acesso das raparigas à escola secundária) ou processos mais amplos (por exemplo, processos de orçamentação receptivos e transparentes) certifique-se que sabe o que pediria se lhe concedessem *três desejos* para reformar o sector da educação. As principais perguntas a fazer são:

- Quais são as principais prioridades no sector da educação para a sua rede e grupos eleitorais?
- Quais são as principais coisas que quer que o governo faça em termos de política, planeamento e implementação?
- Como seria o sucesso?

COM QUEM ESTÁ A FALAR? COMPREENDA AS SUAS RELAÇÕES E AS PARTES INTERESSADAS

A sociedade civil não consegue alcançar a mudança falando consigo mesma. Influenciar o desenvolvimento e revisão dos planos do sector da educação requer um envolvimento muito mais intensivo e contínuo do que uma simples participação numa reunião do GLE (ou equivalente) uma vez por mês, muito menos uma vez por ano. A participação no GLE é fundamental, mas é preciso ir mais além. Um mapeamento das partes interessadas e uma análise dos poderes dos atores-chave pode ajudar a compreender com quem se deve envolver e que conexões tem com eles. As principais perguntas a fazer são:

- Quem são os decisores e influenciadores-chave no sector? Quais são as suas prioridades e perspectivas? A quem é que eles ouvem? Quais são os seus pontos de vista sobre a sociedade civil? Quem, na sua rede, tem conexões com eles?
- Como é que eles estão envolvidos em processos de planeamento? Quais são os grupos, comités, reuniões ou eventos onde ocorre o diálogo político? Como pode aceder a eles?
- A sociedade civil é reconhecida pelo governo como parceiro oficial e a sua organização/coligação participa no GLE? Se não, como pode ter acesso (inclusivamente usando ligações dentro da sua rede)?

- Existe alguma legislação que restrinja a participação da sociedade civil no seu país?
- Há parceiros influentes ou aliados (pessoas ou instituições) com quem possa trabalhar em questões específicas ou para aumentar o seu acesso?
- Quem é o seu oponente? Alguém apresenta especial resistência aos seus pontos de vista?

CONSELHOS

Ao fazer o mapeamento das partes interessadas, é útil pensar fora dos limites e para além dos intervenientes normais, por exemplo:

- Será que está ciente dos conselheiros que apoiam as ações dos doadores e que podem ter grande influência sobre as decisões? Estes conselheiros muitas vezes assumem atribuições em todas as regiões, de modo que entrar em contato com colegas de coligação nos países vizinhos pode dar-lhe uma visão sobre os seus focos, interesses e opiniões específicos.
- Será que sabe quem são os representantes do governo/ membros do Parlamento mais influentes, e consegue construir um relacionamento com eles?
- Há algum grupo parlamentar transversal em educação?
- Quem são os influenciadores para além do Ministério da Educação, por exemplo, o Ministério das Finanças, as Comissões Nacionais de Planeamento?
- Existem atores influentes que estejam a trabalhar ativamente para incluir aspectos no Plano do Sector da Educação que contradigam os seus pontos de vista, por exemplo, promotores de escolas com fins lucrativos?

ESCOLHENDO O SEU PONTO DE ACESSO

O processo oficial de desenvolvimento do sector da educação é cíclico e envolve várias atividades, lideradas pelo governo, mas muitas vezes com amplo envolvimento dos parceiros doadores. A sociedade civil pode ter um impacto em qualquer ponto do ciclo. Ao preparar-se para um envolvimento comprometido é fundamental identificar quais os pontos de acesso a usar: se o foco está numa atividade particular, tal como análise de sector, ou em todo o processo. Esta decisão deve ser baseada na análise de como a sociedade civil pode melhor contribuir com capacidade e competência.

Os principais componentes do ciclo de desenvolvimento do sector são:

- Análise do Sector
- Desenvolvimento do plano
- Avaliação e aprovação do Plano
- Monitorização

Também precisará de entender o calendário: quando é que os planos são desenvolvidos, aprovados e revistos



As páginas 27 a 30 desenvolvem informação sobre estas fases, e discutem especificamente como é que a sociedade civil as pode usar como pontos de acesso para o envolvimento comprometido.

PÔR AS IDEIAS EM PRÁTICA

A partir do momento em que tenha uma lógica clara para a participação da sociedade civil, conheça os seus próprios recursos, e determine o seu ponto de acesso, pode desenvolver um **plano de ação para o envolvimento da sociedade civil**, definindo os objetivos **que deseja alcançar, como os alcançar, e o que será considerado sucesso**. Este plano deve ser desenvolvido através de consultas aos membros ou aos parceiros por meio de discussões sobre objetivos comuns, partilha de informações, elaboração de análise conjunta, identificação das capacidades e competências dos parceiros que possam ser utilizadas na implementação do plano, e criação de consenso sobre a forma de trabalhar, como movimento, com os processos do Plano do Sector da Educação. Se o seu plano exigir recursos adicionais, também pode criar um orçamento para delinear os custos da atividade. Este plano e orçamento podem ser usados para mobilizar recursos do CSEF ou de outras fontes.

ESTUDO DE CASO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E GARANTIR A TRANSPARÊNCIA NA GOVERNAÇÃO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO NO BURKINA FASO.

A coligação nacional de educação, *Coalition Nationale EPT du Burkina Faso (CN-EPT/BF)*, exerceu uma pressão permanente sobre o governo para garantir processos de planeamento, inclusivos ao longo de vários anos. Em resposta, o governo começou lentamente a incluir a sociedade civil no planeamento e monitorização da educação. Uma grande conquista foi o desenvolvimento de um documento que institucionaliza a relação entre a sociedade civil e o Ministério da Educação Nacional. Este documento estipula o envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento, validação e avaliação dos planos de ação e orçamentos do Ministério. O Ministério mostrou o seu compromisso para com a transparência, disponibilizando ao público documentos do sector e orçamentos escolares e permitindo a participação da sociedade civil nos Conselhos do Ministério de Educação a nível municipal, regional e nacional. Ao conseguir que os cidadãos fizessem supervisão e acompanhamento dos orçamentos e despesas, a sociedade civil foi capaz de acompanhar a gestão escolar a nível local e garantir que os fundos chegaram aos beneficiários previstos. A informação recolhida pela coligação foi enviada para o Ministério da Educação, com recomendações sobre como manter a governabilidade democrática da educação a nível local. Como resultado de processos de auditoria social, quase todas as escolas receberam os materiais necessários atempadamente em 2011-2012: uma significativa melhoria em relação a anos anteriores.

PESQUISA E ANÁLISE

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ANÁLISE DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

Um Plano do Sector da Educação deve ser projetado com base na compreensão da situação atual, e da situação que se quer. A **análise oficial do sector da educação** oferece a base sobre as quais os planos são desenvolvidos. Identifica as questões específicas, desafios ou lacunas a ser tratados, e os pontos fortes existentes sobre os quais construir. A análise do Sector analisa a situação atual do sistema de ensino através de atividades de pesquisa, incluindo levantamento de factos, recolha de dados e análise de dados.

Um plano que abrange todo o sector envolve normalmente a análise de todos os subsectores, onde uma série de perguntas e questões centrais são normalmente investigadas. A análise do sector deve olhar para factores para além do sector de educação, e também ter em conta o ambiente em que o sistema opera.

O envolvimento da sociedade civil na análise do sector da educação é importante para garantir que os conhecimentos, perspectivas e interesses dos diferentes grupos, incluindo aqueles que estão em desvantagem e são vulneráveis, são tidos em conta e são destacados. Os resultados da análise devem ser usados para fazer propostas e recomendações para o desenvolvimento do Plano do Sector da Educação.

O QUE TRABALHAR E COM QUEM TRABALHAR?

Os cidadãos e as organizações da sociedade civil podem oferecer contributos valiosos para a análise do sector da educação, trazendo

conhecimento específicos e redes que operam no terreno. As seguintes perguntas ajudarão a identificar como - e com quem - se envolver em processos de análise.

- Com que organizações está envolvido? Pense em organizações comunitárias, grupos de reflexão, instituições académicas, grupos de interesse especializados.
- Quais são as áreas em que se centram na educação e qual é a sua especialização nessas áreas?
- A que informação, quer sejam dados, opiniões de cidadãos, compreensão do que acontece nas salas de aula, é que eles têm acesso especial?
- Quais são as formas específicas de trabalho que têm que possam ajudar a construir uma base de dados? Por exemplo, pesquisa académica, consultas à comunidade, monitorização a nível escolar, on-line, redes sociais e ferramentas de tecnologia móvel.

CONSELHOS

Se algumas dessas capacidades ou abordagens não existe agora na sua coligação, poderá querer pensar em fortalecer os mecanismos de consulta da comunidade, lançando projetos de monitorização, ou construindo as suas capacidades de pesquisa. Outros documentos de aprendizagem da CGE vão incidir sobre estas técnicas.



Ensino fundamental na uma área rural da Nicarágua
Copyright Stine Christiansen

FAZER CONTRIBUIÇÕES SIGNIFICATIVAS

Os grupos e coligações da sociedade civil devem fazer contribuições para os temas centrais e questões relacionadas que são normalmente abordados no processo governamental de análise do sector, mas também devem fornecer pesquisa e análise, ou seja, através

do envolvimento com as comunidades locais, em áreas onde a sociedade civil está particularmente bem colocada, e que são muitas vezes negligenciadas no processo oficial. A sociedade civil também pode acrescentar valor aos processos medindo resultados, realizando análises de risco e partilhando boas práticas.

QUESTÕES CENTRAIS - ANÁLISE OFICIAL DO SECTOR DA EDUCAÇÃO	AS PRINCIPAIS PERGUNTAS FEITAS NA ANÁLISE OFICIAL DO SECTOR DA EDUCAÇÃO	PERSPECTIVAS QUE A SOCIEDADE CIVIL PODE ADICIONAR
ANÁLISE DO CONTEXTO		
<p>Inclui tendências demográficas, economia e mercado de trabalho, contextos socioeconómicos, saúde e nutrição infantil, pobreza e exclusão social</p>	<ul style="list-style-type: none"> Qual é o atual contexto socioeconómico do país (ou estado)? Qual é o estado atual do sector da educação; onde estamos? Como é que o sistema de educação está a ir ao encontro das necessidades do país (incluindo o conhecimento e as capacidades no mundo do trabalho) e de grupos específicos? 	<ul style="list-style-type: none"> Está a análise fundamentada no contexto do país? Quais são as perspectivas e os desafios específicos de grupos desfavorecidos da sociedade (por exemplo, as minorias, os migrantes, os pastores, as pessoas que vivem com HIV, as pessoas afetadas por conflitos e desastres naturais) e crianças marginalizadas / vulneráveis (por exemplo, crianças que vivem na pobreza, crianças com deficiência, que crianças que trabalham, órfãos, crianças que vivem com HIV ou que são afectadas pelo HIV) Como é que as perspectivas diferem conforme o género, e entre as populações urbanas e rurais? Quem frequenta escolas particulares e qual o efeito que tal tem?
ANÁLISE DAS POLÍTICAS EXISTENTES		
<p>Inclui constituição, quadros políticas e normas legislativas, tanto escritas como não escritas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quais são as políticas atuais em matéria de educação e quão relevantes são para o contexto de hoje? 	<ul style="list-style-type: none"> Quão bem as políticas atendem às necessidades de grupos desfavorecidos? Conhecimento e percepções do cidadão (incluindo pai, aluno, professor, etc.) de políticas explícitas e implícitas existentes. Acham que as políticas estão a ser implementadas de forma eficaz? Como é que estas percepções variam nos grupos desfavorecidos, conforme o género, e para as populações rurais / urbanas?
ANÁLISE DO CUSTOS E FINANÇAS		
	<ul style="list-style-type: none"> Que percentagem do orçamento nacional e do PIB é destinado à educação? Qual é o custo total de alcançar a EPT no país? Como é que o financiamento disponível se compara a este custo? Que percentagem do orçamento da educação é coberta por doadores externos? Qual é o potencial que existe para expandir os recursos disponíveis para a educação (por exemplo, através da PGE) 	<ul style="list-style-type: none"> Quais são os custos reais da educação para as famílias? As políticas de educação gratuita / propinas escolares estão a ser implementadas? Qual é o impacto dos custos privados para a educação? Que financiamento atinge o nível escolar? O que não está a ser financiado? Estão os programas existentes adequadamente financiados? Está o financiamento da educação a atingir os beneficiários? Os orçamentos respondem às prioridades dos cidadãos? Qual é o orçamento para a educação, discriminado, e são gastos fundos suficientes no ensino primário, com professores, formação de professores, etc.? São as contribuições dos doadores harmonizadas, em vez de duplicar o trabalho / apoio existente?

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO SISTEMA

<p>Inclui crianças que não frequentam a escola, taxa de conclusão, inclusão, género, alfabetização</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quão equitativa é a prestação de serviços de educação? A quem (não) está a chegar? • Quais são os indicadores de qualidade dentro do sistema, tanto em termos de contributos como de resultados? Qual é a proporção de professores que é devidamente formada, qual é o rácio previsto professor formado / aluno? • Quais são as questões críticas que afetam o desempenho do sector da educação. Por exemplo, onde estão os estrangulamentos do sistema? Onde estão as carências? Quais são os factores que fazem com que as crianças não frequentem a escola ou que originam baixos níveis de resultados? 	<ul style="list-style-type: none"> • Questões de acesso (por exemplo, quem tem acesso e quem fica de fora? Quem está atualmente em desvantagem ou quem é excluído? Quem beneficia com a oferta de educação atual?) • Para os cidadãos, quais são as principais barreiras ao acesso, especialmente para os grupos desfavorecidos? • Para os cidadãos, quais são as principais barreiras para manter as crianças na escola, em especial para os grupos desfavorecidos? • Qual é a percepção dos estudantes, pais, professores e comunidade sobre a qualidade? Para os cidadãos, quais são as principais barreiras para a qualidade, em particular para os grupos desfavorecidos? • Qual é a percepção dos estudantes, pais, professores e comunidade sobre a equidade? • Qual é a percepção dos estudantes, pais, professores e a comunidade sobre a preparação e apoio aos professores? • Qual é a percepção dos estudantes, pais, professores e a comunidade sobre os ambientes escolares, os processos de aprendizagem, a segurança, etc.? • Qual é a percepção dos estudantes, pais, professores e a comunidade sobre a medição e avaliação da aprendizagem e da qualidade?
--	--	---

ANÁLISE DA GOVERNANÇA E CAPACIDADE DO SISTEMA

	<ul style="list-style-type: none"> • Como é que o sistema de ensino atende às necessidades de todas as crianças e alunos adultos na sociedade? • Quão bem funciona o sistema de ensino, ou seja, o que está a funcionar bem, o que não está e o que precisa de ser mudado? • Qual é a extensão e a qualidade da recolha, gestão e análise de dados? • Que estruturas de governança existem e como funcionam? 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepções comunitárias sobre a capacidade a nível escolar (diretor da escola, professores, serviços de saúde escolar, etc.) • Percepções comunitárias sobre a capacidade local de gestão da educação e capacidade de resposta (por exemplo, sub-distrital, distrital) • Percepções comunitárias sobre a eficácia da escola e das relações escola-comunidade (PTA Associações Pais / Professores, Comitês de Gestão Escolar, etc.) • Consciência e percepção dos cidadãos de corrupção e má gestão na governação da educação • Nível de participação dos cidadãos no diálogo político e acesso a documentos de política e orçamentos • Estão disponíveis ao público o orçamento do sector da educação e outros documentos relevantes ?
--	--	---

QUE DESAFIOS PODEM SURTIR QUANDO SE ENVOLVER COM A ANÁLISE DO SECTOR DA EDUCAÇÃO?

Apesar de a sociedade civil estar numa posição única quando se trata da recolha de informações e provas relevantes sobre os grupos que são afetados pela educação, quer sejam estudantes, professores ou crianças que não frequentam a escola, muitas vezes os seus contributos para o desenvolvimento do plano do sector são esquecidos e excluídos. Alguns desafios comuns a ter em conta:

- A análise do Sector da Educação é muitas vezes considerada um processo técnico, por exemplo, levado a cabo por “especialistas” e consultores internacionais, e pode excluir a sociedade civil nacional e organizações de base. É muitas vezes ‘de cima para baixo’ em vez de ‘baixo para cima’. As coligações da sociedade civil devem abordar esta questão das seguintes formas:
 - Trabalhando no fortalecimento e demonstrando a sua credibilidade, de modo a serem reconhecidas como contribuintes para este processo;
 - Apelando a procedimentos padrão que garantam um processo inclusivo e participativo; assegurando a difusão da informação, de modo a incentivar a ampla consulta; e
 - Envolvendo-se regularmente com o Grupo Local de Educação, de modo a estar plenamente consciente do que está a acontecer e quando.
- Muitas vezes existe uma preferência por informação “numérica” (por exemplo, número de professores, os resultados dos testes). No entanto, a informação descritiva é igualmente importante para a política e planeamento, e a sociedade civil deve enfatizar este aspecto junto do governo e dos doadores ao envolver-se em diálogo sectorial, destacando informações e dados baseados em evidências e relevante para as discussões específicas.
 - Por exemplo, o abandono escolar das raparigas pode ser devido a vários factores não identificados numa censo escolar anual, incluindo a falta de instalações sanitárias, professoras insuficientes, violência de género e a exigência do trabalho das raparigas em casa.

- Muitas vezes as questões contextuais (por exemplo, contextos demográficos e socioeconómicos, de saúde e nutrição infantil, de exclusão social), não estão incluídas na análise do sector. A sociedade civil deve realizar análises que reflitam os diferentes contextos em que os cidadãos do seu país vivem e usar os resultados para contribuir para o desenvolvimento do plano do sector.
- O acesso a análises do sector da educação é muitas vezes limitado, e a sociedade civil deve usar o espaço dos GLE para defender uma maior transparência e partilha de informação oficial, por exemplo, nos sites do governo e da PGE.

ESTUDO DE CASO: REVISÃO E ANÁLISE DO SECTOR NO GANA

Todos os anos a *Ghana National Education Campaign Coalition* (GNECC) junta uma ampla gama de organizações da sociedade civil em todo o país para a Revisão anual do Sector da Educação da sociedade civil. Desta forma temos uma plataforma conjunta que permite aos cidadãos avaliar e discutir a implementação e o desempenho do sector da educação de acordo com o plano sectorial do governo, através do qual, um documento de posição com recomendações para políticas-chave e exigências de uma organização da sociedade civil (OSC) é desenvolvido. O documento de posição é apresentado na Revisão Anual do Sector Nacional da Educação governamental (Nesar), que é organizado no final do ano. Atividades de revisão do GNECC ajudaram a contribuir para importantes mudanças de política, como seja o reforço da despesa em educação, a expansão de programas de alimentação escolar, o aumento da capitação do valor das bolsas para as escolas, e as provisões para a construção de mais salas de aula, como parte do Plano Estratégico de Educação.

CONSELHOS

Um conjunto de ferramentas criado por VSO, que é chamado de “START”, é um guia prático e útil para o envolvimento em pesquisa de processos de defesa e promoção:

http://www.vsointernational.org/Images/start-toolkit-advocacy-research-rebrand_tcm76-21106.pdf

DANDO FORMA AO PLANO - USANDO A SUA ANÁLISE

Certifique-se de que tem a Parte Dois, "Planos do Sector da Educação", consigo!

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

Os Planos do Sector da Educação deverão definir o que o governo quer atingir no sector da educação, e o modo como pretende fazê-lo. O nível de espaço que é dado à sociedade civil para fazer parte da criação deste plano é muito variado. As organizações da sociedade civil devem avaliar todas as oportunidades potenciais para o seu envolvimento, nomeadamente através da participação em Grupos Locais de Educação, participação no Grupo de Parceiros Doadores, a participação em um ou vários grupos de trabalho técnicos ou grupos de trabalho ad hoc, ou o envolvimento com o governo ou com um parceiro doador em determinadas seções ou áreas do Plano do Sector da Educação, tais como cuidados na primeira infância e educação (ECCE), educação básica, custos ou monitorização e avaliação (M & A).

A sociedade civil deve fazer uso dos resultados da sua análise do sector em ordem a poder contribuir para o desenvolvimento do plano do sector. Os aspectos-chave para esse envolvimento incluem:

- Definição de prioridades políticas, objetivos e metas
- Identificar os programas e atividades de ação
- Os aspectos práticos relacionados com a implementação
- Orçamento
- Desenvolver um plano de ação



Uma escola primária em Lilongwe, onde uma classe de quase 100 crianças está sendo ensinado sob uma

Copyright Kjersti Mowé/Global Campaign for Education

CONSELHOS

Este manual assume um grau razoável de abertura e de espaço para a participação da sociedade civil; sem isso, a sociedade civil poderá ter de adoptar uma abordagem diferente. Por exemplo, a sociedade civil pode fazer pressão no sentido de obter mais espaço nestes processos, através de:

- Uso dos meios de comunicação para criar pressão pública em relação às prioridades dos cidadãos.
- Construir credibilidade por meio da expansão da representação e realizar pesquisas relevantes
- Criando alianças com ONG internacionais em países que se apoiam no GLE
- Construindo relacionamentos com doadores e funcionários governamentais
- Entrando em contato com a equipe de apoio da PGE do país para obter conselho
- Entrando em contato as agências de coordenação do GLE.

Está a ser desenvolvida uma publicação CGE separada, em 2014, com foco no envolvimento de coligações em diversos contextos políticos e espaços democráticos com limitações.

ESTUDO DE CASO: ENTRAR NO GRUPO LOCAL DE EDUCAÇÃO NO VIETNAM

A *Vietnam Coalition for Education for All* (VCEFA) juntou-se ao Grupo Local de Educação em 2012. No Vietnam, O Grupo Local de Educação chama-se O Grupo do Sector da Educação (ESG) e funciona tendo a UNESCO como organismo coordenador. Desde a sua criação em 2010, a VCEFA trabalha em atividades de defesa para melhorar as políticas educação e cuidados na primeira infância (ECPI), a qualidade da Educação para os grupos de pessoas com deficiência e a educação contínua. Este trabalho ajudou, pouco a pouco, a melhorar o perfil da coligação junto do Ministério de Educação e junto de outras partes interessadas. No entanto, aceder a espaços de diálogo oficial continuou a ser um desafio. Em Junho de 2012, a VCEFA começou um diálogo com a UNESCO sobre o envolvimento com o GLE, argumentando que era uma mais valia incluir a participação da sociedade civil nestes fóruns tão importantes. Como resposta, a UNESCO convidou oficialmente a coligação tornar-se membro do ESG. Assim abriu-se uma porta através da agência de coordenação do GLE.

IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES POLÍTICAS, OBJETIVOS E METAS

Através deste processo, o governo trabalha com as partes interessadas no sentido de identificar metas de longo prazo, prioridades políticas e estratégias-chave, e traduzi-los em objetivos e metas específicos e mensuráveis a serem alcançados dentro do período de vida do plano sectorial. Isto implica um acordo sobre:

- Orientações políticas e prioridades de longo-prazo
- Priorização das metas e objetivos
- As principais estratégias para alcançar os objetivos

A sociedade civil pode apoiar o processo, usando os resultados das suas consultas e análise do sector para contribuir para as discussões, complementar a tomada de decisões e fazer propostas. Isto implica pensar sobre:

- As políticas existentes, os objetivos e as estratégias devem:
 - Continuar a ser implementadas como o são no presente?
 - Ser aumentadas?
 - Ser modificadas a fim de colmatar as lacunas identificadas?
 - Ser abandonadas pois são inviáveis ou inapropriadas?
- Novas políticas, objetivos e estratégias - como devem ser?
 - Provas internacionais relevantes sobre a eficácia de novas intervenções
 - Identificação dos requisitos de implementação de tais intervenções
 - Arranjos para pilotar novas iniciativas (para garantir que elas são devidamente adaptados ao contexto local e funcionam como esperado).

IDENTIFICAR OS PROGRAMAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

Este processo inclui a elaboração de programas de ação prioritários para atingir os objetivos identificados, incluindo atividades com prazos e atribuição de responsabilidades no sentido de os alcançar. Uma programação eficaz requer que os parceiros envolvidos no desenvolvimento do sector da educação cheguem a consenso e clareza em termos de:

- Definição de metas concretas (possivelmente por subsector)
- Objetivos específicos (por subsector)
- Definição de metas (por objetivo específico)
- Programas (por objetivo específico. Por exemplo, formação de professores, desenvolvimento curricular)
- Atividades (por programa)
- Mecanismos de monitorização / plano.

As organizações da sociedade civil podem participar em discussões em torno desses componentes através da participação no processo de análise da sua viabilidade. Este é um processo oficial em que os interessados analisam os objetivos propostos, programas e planos e colocam questões, tais como:

- Até que ponto os objetivos e as atividades prioritárias são coerentes e compatíveis uns com os outros?
- A sequência das atividades é apropriada?
- Estão os componentes-chave em falta?
- Até que ponto os custos estimados são compatíveis com os recursos financeiros que se espera estejam disponíveis?
- É o desenho proposto transparente e responsável?
- Quais são os principais riscos na implementação deste projeto e como podem ser geridos / mitigados?
- Que estratégia de comunicação é necessária para a implementação poder prosseguir sem problemas?

ASPECTOS PRÁTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO

Um componente do Plano do Sector da Educação está relacionado com modalidades de implementação, ou seja, quem é responsável pela execução das atividades planeadas. Os acordos em torno de implementação concreta são importantes e implicam a identificação de instituições (por exemplo, departamentos específicos do Ministério da Educação), escritórios e pessoas que estarão encarregadas de colocar as várias seções do Plano do Sector da Educação em prática. Tal requer uma avaliação dos pontos fortes e fracos da capacidade desses responsáveis, o planeamento de ações apropriadas no sentido de gerar capacitação e assegurar transparência e prestação de contas em termos de governação do sector da educação. A atribuição de papéis na implementação deve, na medida do possível, ser compatível com as responsabilidades existentes de departamentos governamentais relevantes (assumindo que estes são eficazes). As relações dos atores responsáveis devem ser descritas num organograma com base na estrutura existente do Ministério da Educação, apesar de novas estruturas poderem vir a ser necessárias, dependendo dos níveis atuais de capacidade dentro dos departamentos relevantes.

O nível de capacidade é analisada em termos do seguinte:

- Gestão do sector público
- A capacidade institucional
- Administração com eficácia
- Funcionários com competências e incentivos.

A sociedade civil pode apoiar a avaliação por meio de:

- Fornecimento de dados sobre os níveis de capacidade a nível local, por exemplo, escolas e administração na comunidade ou a nível distrital
- Reflexão sobre as suas próprias necessidades de capacidade relacionadas com o plano de envolvimento.

A sociedade civil também pode refletir sobre seu próprio envolvimento potencial na implementação efetiva do plano:

- Quais são os papéis razoáveis e realistas para os pais, professores, alunos e a comunidade em geral?
- Como é que as ONG / OSC se envolverão em atividades de M & A?

MOBILIZAR RECURSOS PARA O PLANO

Um aspecto vital do planeamento do sector da educação inclui o cálculo dos recursos necessários para a implementação do Plano Sectorial, equilibrando-os com os recursos disponíveis. Isso envolve, necessariamente, a definição de recursos humanos e físicos necessários para realizar o plano. As estimativas de custos dependem de hipóteses de utilização dos recursos (por exemplo, rácios de livros didáticos por aluno e de alunos por sala de aula) e em itens de custo (por exemplo, os salários dos professores, o custo de construção de escolas), e como estes se ligam com os objectivos políticos do plano.

As disponibilidades de recursos devem ser cuidadosamente consideradas durante o desenvolvimento do plano. Se existe uma lacuna de financiamento entre o custo do plano e os recursos potenciais internos disponíveis para a educação, há a necessidade de rever as oportunidades potenciais de financiamento de parceiros doadores (por exemplo PGE), idealmente canalizada através de apoio orçamental geral ou sectorial. As contribuições das famílias não devem ser invocadas como fonte de financiamento para os custos de educação básica.

O envolvimento da sociedade civil nos processos de orçamentação deve ajudar a introduzir pesquisa baseada na comunidade que permita destacar as prioridades de gastos, principalmente os que envolvem os temas relativos aos grupos mais marginalizados e esquecidos, e ilustrar os custos reais. Este último pode incluir, por exemplo, os níveis mínimos de salário de professores, ou os gastos necessários para realmente implementar a escolaridade sem propinas e eliminar taxas escondidas. Uma preocupação particular para as organizações da sociedade civil é a de assegurar que os cálculos de custos incluem genuinamente o preço de uma educação de qualidade, em termos de cálculo de custos de uma força de trabalho de professores totalmente formados, bem formados, adequadamente apoiados e motivados. A redução de custos nesta área tem muitas vezes prejudicado a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Algumas ONG e organizações da sociedade civil contribuem mais diretamente para os orçamentos, quer através do financiamento, quer através da mobilização de recursos dentro e fora do país. A sociedade civil também pode pressionar o governo a aumentar os investimentos internos, e fazer recomendações sobre mecanismos alternativos para mobilizar recursos para o sector da educação, por exemplo através de sistemas fiscais mais progressivos.

CONSELHOS

Para mais informações sobre como a sociedade civil pode fazer a promoção em torno do financiamento interno para a educação e a questão dos impostos, veja-se em “CGE Taxing Business: Financiamento da Educação para Todos através de recursos domésticos” (2013): www.campaignforeducation.org/docs/reports/GCE_A_TAXING_BUSINESS.pdf

DESENVOLVER UM PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação do governo, às vezes chamado de implementação ou plano operacional, é preparado numa base de programa-específico. Ele segue a mesma estrutura e é organizado em torno dos mesmos objetivos e resultados que o Plano do Sector da Educação, mas inclui mais detalhes sobre os programas e atividades específicas. É o elemento que estabelece a ligação entre as estratégias, programas e recursos, e também fornece informações sobre o tempo, os papéis, as responsabilidades e os custos unitários.

Desenvolver um plano de ação requer diálogo:

- Entre departamentos dentro do Ministério da Educação (por exemplo, para assegurar a coordenação e colaboração)
- Entre os ministérios da Educação e o Ministério das Finanças (por exemplo, para garantir o alinhamento do plano com o orçamento geral do Estado)
- Entre governo e parceiros doadores (por exemplo, para obter informações sobre todas as formas de financiamento externo)
- Entre o governo e os atores locais (por exemplo, para garantir a prestação de contas).

ORIENTAÇÕES DA PARCERIA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO SOBRE A PREPARAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

- **Uma declaração clara daquilo em que consiste a atividade, e análise baseada em evidências para a escolha da atividade.** Isso servirá como ponto de referência no desenvolvimento de um plano de trabalho.
- **O objetivo do programa que a atividade está a apoiar.** Esta informação mostra a relação entre a atividade e a estrutura de resultados. Ela garante que o apoio às atividades está de acordo com as prioridades estabelecidas.
- **O período de tempo.** Mostra a extensão da correspondência entre os custos anuais de implementação da atividade e os recursos disponíveis.
- **Quantificação de resultados** (por exemplo, o número de professores formados, o número de salas de aula construídas). Esta informação é fundamental para o relatório anual de execução; confirma a meta para uma determinada atividade num determinado ano.
- **O custo unitário.** Esta informação é um ponto de referência para o relatório anual de execução. Planeadores de Educação, decisores e parceiros vão querer saber se as estratégias de implementação foram eficientes.
- **O custo global da atividade.** É a quantidade multiplicada pelo custo de unidade. O custo de todas as atividades do plano de ação precisa de estar dentro do envelope global de recursos identificados no plano do sector da educação.
- **Fonte de financiamento.** É importante usar apenas as fontes de financiamento que estão realmente disponíveis ou poderão vir a estar disponível com base em projeções atuais. Dependendo da modalidade do apoio de parceiros doadores, algumas fontes de financiamento podem ser geridas fora do processo de orçamentação nacional regular ou pelos governos locais, organizações não governamentais ou outras entidades. Se as atividades financiadas por estas entidades fazem parte do PSE, devem aparecer no plano de ação. A informação sobre financiamento associada ao plano de ação tem que ser compatível com o plano de financiamento.
- **A entidade responsável pela execução.** Esta informação mostra os responsáveis por cada atividade. A entidade listada como responsável pela implementação da atividade deve iniciar os pedidos de financiamento a tempo da execução.
- O plano de ação também inclui o **indicador de resultados** do programa ou quadro de resultados para o qual a atividade está a contribuir. Mesmo havendo atividades que não correspondem aos indicadores de nível de produção no quadro de resultados, continua a ser útil fornecer informações tipo-indicador que mostrem se, ou quando, a atividade foi implementada.

CONSELHOS PARA O ENVOLVIMENTO EFICAZ DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO DO PLANO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

- Os doadores muitas vezes contratam consultores / conselheiros para desenvolver o Plano do Sector da Educação. Se for ativo num GLE, pode influenciar este processo ou ajudar a redigir secções específicas do Plano do Sector.
- Os Ministérios de Educação muitas vezes nomeiam funcionários para liderar o desenvolvimento do sector. Tente saber quem são e fale com eles sobre a forma como pode apoiar o trabalho deles.
- Muitas vezes há diferenças entre o orçamento e o financiamento, especialmente no custeio correto de quanto dinheiro é necessário para garantir o acesso universal a ensino primário gratuito. Saber sobre o custeio, orçamentação e financiamento do Sector da Educação é um desafio, mas pode dar-lhe discernimento muito útil para participar politicamente e para influenciar.
- Os custos da família com a educação e os custos comunitários (por exemplo, a despesa com os uniformes, transporte escolar, manutenção das infraestruturas) muitas vezes não está incluído nos Planos do Sector da Educação, mas estes custos deviam ser considerados, especialmente se funcionarem como barreiras ao acesso à educação. A Sociedade Civil pode contribuir de forma importante ao consciencializar os tomadores de decisão sobre esta realidade.

ESTUDO DE CASO: ALARGAR AS PARCERIAS E A COLABORAÇÃO NA PAPUA NOVA GUINÉ

A rede PNG Education Advocacy Network (PEAN) envolve-se com uma ampla variedade de intervenientes e não depende unicamente de relações individuais com o Departamento de Educação. A PEAN tem relações de longa data com o Departamento de Educação e com o Departamento para o Desenvolvimento da Comunidade e é também membro do Comité Diretor do Programa do Sector da Educação. Para alargar os seus compromissos com o governo, a PEAN trabalha com outras alas do governo. A coligação é membro do Comité Consultivo sobre o Censo Nacional e está agora a trabalhar com o Gabinete Nacional de Estatísticas para melhorar a qualidade da pesquisa relacionada com pessoas com deficiência. A PEAN também tem trabalhado com o Departamento de Planeamento e Monitorização Nacional através do Conselho de Monitorização Consultivo para promoção de defesa de programas de alfabetização de adultos, e contribui para a Visão 2050 do governo da PNG que apresenta uma direção estratégica para todas as prioridades de desenvolvimento do governo. A PEAN também colabora com o Instituto de Investigação Nacional através de projetos que promovem a equidade na educação.

QUAL É A APROVAÇÃO?

Uma vez desenvolvido um Plano do Sector da Educação, para obter financiamento da PGE, deve receber aprovação final através de uma aprovação. Enquanto a liderança do governo, a aprovação parlamentar e o envolvimento da sociedade civil são politicamente necessários para garantir a apropriação nacional genuína, a aprovação do doador é uma necessidade prática para garantir fundos externos. Nos processos da PGE, portanto, a avaliação do Plano do Sector da Educação é o processo através do qual o plano é endossado ou aprovado pelos representantes de agências bilaterais e multilaterais no país, na forma de Grupo de Parceiros de Desenvolvimento. Esta aprovação significa o compromisso de alinhar o apoio externo de auxílios financeiros, incluindo o apoio da PGE, com o Plano do Sector da Educação do governo. A PGE recomenda que outros parceiros estejam envolvidos, incluindo o parlamento e a sociedade civil, embora na prática isso possa acontecer num grau variável.

No contexto do financiamento PGE, a avaliação é organizada para ponderar:

- a liderança e a participação das partes interessadas no processo de preparação e planeamento do plano
- o desenho e o conteúdo do plano, na óptica da análise, prioridades e financiamento
- a implementação e disponibilidade do plano e, em termos de capacidade, governança e mitigação de riscos.

A aprovação coloca uma série de questões para ajudar a avaliar o plano global e identificar as lacunas que requerem investigação adicional e acompanhamento durante a implementação. O processo implica a necessidade de entrevistas e visitas de campo, além de uma análise documental do Plano Sectorial.

O processo de aprovação é uma oportunidade para verificar se o plano responde às preocupações dos cidadãos, por isso é importante que a sociedade civil assegure que o processo de aprovação seja realizado de forma transparente e inclusiva. A tabela abaixo apresenta questões que a sociedade civil pode colocar durante a aprovação. As respostas a estas perguntas podem ser partilhadas com os GLE e as equipas da PGE de apoio ao país para garantir que sejam tomadas medidas para enfrentar desafios que surjam. As coligações da sociedade civil também devem comunicar com o seu representante da sociedade civil no Conselho da PGE, com o secretariado da CGE ou com a respectiva entidade regional, se tiverem preocupações ou recomendações que precisem de ser apresentadas ao Conselho de Administração PGE.

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	ELEMENTO ESPECÍFICO	PERGUNTAS A SEREM FEITAS
PROCESSO DE PLANEAMENTO	PREPARAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	Será que a preparação do plano permite a participação significativa dos cidadãos?
		Em particular, a preparação do plano permitiu que as vozes das pessoas pobres, crianças desfavorecidas e outras partes interessadas, mas muitas vezes marginalizadas, fossem ouvidas?
DESENHO DO PROJETO	SECTOR DA EDUCAÇÃO E ANÁLISE POLÍTICA	Será que a Análise do Sector da Educação descreveu com precisão e na totalidade o contexto e os desafios da educação no país, a partir da perspectiva da sociedade civil?
		Será que a sociedade civil participou no processo oficial de Análise do Sector da Educação?
		Foram as análises e sugestões específicas feitas pela sociedade civil tomadas em consideração? Se não, por que razão?
		Houve oportunidade para que os resultados da Análise do Sector da Educação oficial fossem discutidos pela sociedade civil?
	QUADRO ESTRATÉGICO: POLÍTICA, PRIORIDADES E METAS DOS OBJETIVOS:	Será que os resultados da Análise do Sector da Educação informam a tomada de decisão sobre as prioridades e atividades do PSE para melhorar os resultados da educação, inclusive para crianças desfavorecidas e grupos marginalizados? [E jovens e adultos estudantes, se incluído.]
		Os objetivos respondem às prioridades dos cidadãos?
		São as estratégias do plano adequadamente projetadas para melhorar os resultados educacionais das crianças desfavorecidas? [E jovens e adultos estudantes, se incluído.]
	DESENHO DO PROGRAMA E MODALIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO	Existem objectivos específicos?
		Será que os programas no plano lidam com as barreiras específicas de acesso e de qualidade para crianças carentes? [E jovens e adultos estudantes, se incluído]
		É qualquer um dos programas no plano destinado a melhorar a participação da sociedade civil no sector da educação?
ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO	Será que o plano prevê a equidade e igualdade de género em termos de participação na educação, educação de qualidade e outros investimentos do sector?	
	É o orçamento e a fonte de financiamento totalmente transparente e acessível aos cidadãos?	
MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	São realistas os custos para a implementação de um acesso livre e universal ao ensino básico de qualidade? São os custos domésticos tidos em conta?	
	Existe uma abordagem de M & A para o plano do sector?	
PLANO DE AÇÃO	Será que a sociedade civil tem um papel na monitorização do plano? Qual é ele?	
	Foi o Plano de Ação elaborado em consulta com a sociedade civil?	
PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO E PRONTIDÃO	A CAPACIDADE DO SISTEMA	O plano identifica e tem em conta as restrições de capacitação identificadas pela sociedade civil que afetariam a implementação?
		São as OSC identificadas como sendo capazes de fornecer apoio à capacitação nos níveis sub-nacionais?
	GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE	De que formas é que o PSE visa fortalecer a prestação de contas aos beneficiários, especialmente entre os grupos desfavorecidos e marginalizados?
		Os dados de desempenho do sector da educação estão disponíveis para a sociedade civil?
	RISCOS DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS	Os mecanismos de responsabilização incluem a participação de organizações da sociedade civil?
É o plano suficientemente transparente e são os mecanismos de responsabilização robustos o suficiente para combater a corrupção e perda de recursos?		
		Foram avaliadas as restrições em todos os níveis da capacidade de implementação?

MONITORIZAÇÃO DO PLANO

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e avaliação (M & A) é fundamental para garantir que a implementação do Plano do Sector da Educação está no caminho certo para atingir os objetivos e resultados esperados. Um sistema de M & A eficaz deve perguntar se as atividades estão a ser realizadas conforme o planeado e se as metas do plano estão a ser alcançadas de acordo com o quadro de resultados (ver p. 11-12).

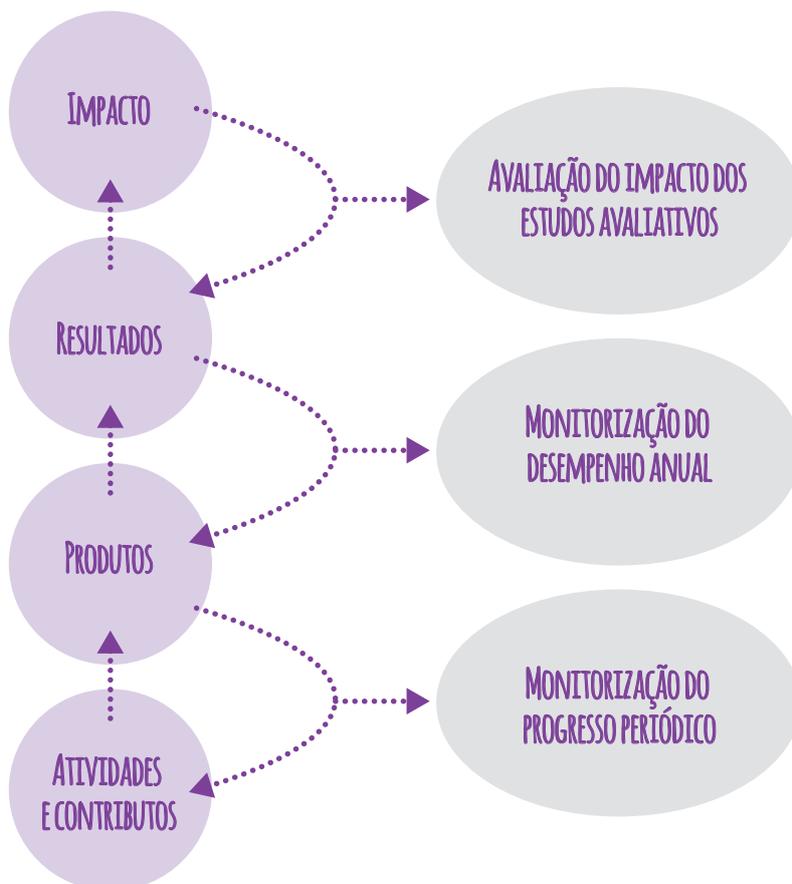
A sociedade civil tem um papel fundamental no sentido de garantir a responsabilização no sector da educação por meio de atividades de monitorização e avaliação, contribuindo com pesquisa, rastreamento e perspectivas sobre

questões importantes. Tem a vantagem de ter acesso às comunidades e grupos de interesse que podem fornecer informações sobre a realidade da implementação. Uma grande parte da atividade da sociedade civil é realizar este acompanhamento (e é priorizado dentro do objectivo 3 do programa CSEF). Este manual, sem entrar em detalhes sobre como conduzir essa monitorização, indica algumas das maneiras como a sociedade civil pode alimentar os resultados do controlo efectuado a processos de revisão do sector.

Algumas atividades comuns de M & A incluem monitorização de rotina, revisões periódicas, revisão anual e avaliação. Podem ser adotadas ferramentas on-line e visitas no terreno para validação dos dados.

NÍVEIS DA CADEIA DE RESULTADOS

MECANISMOS M&A



COMO PODE A SOCIEDADE CIVIL PARTICIPAR??

Monitorização de rotina: pode incluir monitorização mensal ou trimestral da implementação da atividade a nível nacional e descentralizado (por exemplo, os livros didáticos são entregues? É a infraestrutura suficiente? Estão os novos projetos em fase de conclusão? As bolsas de estudo estão a chegar às escolas e estão a ser usadas corretamente?) bem como o acompanhamento geral da qualidade da prestação de serviços (por exemplo, há professores suficientes nas escolas desfavorecidas? Será que eles recebem um bom apoio das sedes sub-nacionais? Existe uma baixa taxa de absentismo dos professores?). Isso pode incluir atividades como controlo de orçamentos e da implementação de forma participada ou ao nível da comunidade. **A sociedade civil** pode participar na monitorização oficial ou planear os seus próprios exercícios. Podem envolver as suas redes de professores, estudantes, comités de gestão escolar, etc., em várias regiões do país para participar na recolha de informações relevantes, e trabalhar para conseguir verificar se os recursos chegam aos seus destinatários. A monitorização da sociedade civil pode ter lugar a nível nacional, subnacional, distrital e a nível escolar, e poderia incluir o rastreamento de atividades específicas do programa ou insumos, relatórios escolares, cartões de pontuação organizados tematicamente ou geograficamente, ou mapas de fluxo de recursos. Os resultados devem ser partilhados com os departamentos de implementação.

Comentários à monitorização e avaliação periódicas: é geralmente conduzido pela unidade de acompanhamento do governo que produz um curto relatório de desempenho que descreve o progresso, identifica constrangimentos e recomenda uma ação corretiva para os departamentos de implementação. Os calendários escolares desempenham aqui um papel, e os planos sectoriais são, portanto, muitas vezes acompanhados na base do período lectivo. O envolvimento **da sociedade civil** pode incluir uma parceria com a equipa de monitorização no sentido de dirigir o seu olhar para a implementação de um programa específico ou em progresso em direção a um objetivo específico, e contribuindo para o relatório de desempenho. A sociedade civil também pode realizar os seus próprios comentários e avaliações periódicas, em vários níveis, por exemplo, através de comissões de fiscalização da comunidade, visitas de campo para revisões ou processos de reflexão por período lectivo.

Avaliações de desempenho anuais: Esta atividade, muitas vezes liderada pela equipa de monitorização do governo, analisa o desempenho de todo o sector em relação ao plano operacional / ação do sector da educação (que inclui o quadro de resultados e indicadores para este plano). É produzido um relatório de desempenho consolidado que servirá de documento base para a Revisão Conjunta do Sector (RCS) oficial que deve avaliar as realizações e as deficiências e dar o seu acordo às melhorias. O governo também pode produzir um Censo Escolar Anual antes da RCS, para garantir que sejam recolhidos dados suficientes para a revisão. Cada Revisão Conjunta do Sector deveria servir como um contributo para o plano de ação anual do ano seguinte (incluindo o orçamento). O relatório anual deve usar o mesmo formato que o plano operacional / ação anual e incluir o custo unitário, quantidade, e informações de custo total para cada atividade, bem como informações sobre os progressos na consecução dos objectivos estabelecidos.

A sociedade civil pode fazer contribuições inestimáveis para a Revisão Conjunta do Sector, através da monitorização contínua do sector da educação, e formular recomendações e propostas específicas para o próximo plano. Em vários países, as coligações da sociedade civil organizam revisões paralelas ou na 'sombra' do sector da educação para alimentar processos oficiais e diálogo. Pode ser útil para por grupos eleitorais em conjunto e face-a-face em revisões oficiais anuais com antecedência, para desenvolver documentos de posição e exigências concretas para apresentar ao governo e aos doadores.

Avaliação e pesquisa: A avaliação é realizada geralmente no médio prazo e no final de um período do Plano do Sector da Educação. Muitas vezes, é um processo liderado por pessoal independente, a fim de garantir a objetividade. Uma avaliação testa as premissas sobre as quais o plano do sector da educação se constrói e fornece orientação para o desenvolvimento futuro do plano. Pode levar a repensar totalmente as prioridades e metas do plano. A intenção da revisão final não é apenas a de avaliar os impactos e resultados, pertinência, relação custo-benefício, e sustentabilidade, mas também a de analisar os motivos pelos quais certos resultados foram ou não alcançados, e tirar lições para a revisão de políticas e para a preparação do próximo plano de médio prazo. **A sociedade civil**, como um membro dos GLE, deve usar a pesquisa e conhecimento baseado em evidências para estar envolvida nesta atividade.

CONSELHOS PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL:

- Organizar revisões internas e consultas com a sociedade civil.
- Aprendizagem partilhada de vários mecanismos de responsabilização (veja exemplos abaixo) e uso das ferramentas de aprendizagem CGE para tal.
- Integrar resultados e recomendações nos processos e recomendações formais do governo.
- Construir credibilidade e parcerias, por exemplo, através da partilha de pesquisa baseada em evidências e fazendo parcerias com partes interessadas ou aliados NO governo.
- Garantir uma comunicação eficaz e direcionada e a divulgação dos resultados, incluindo através dos media comunitários e redes sociais de modo a ter influência política. (As ferramentas da CGE podem dar orientações sobre como o fazer).
- Equilibrar a procura de responsabilização e o trabalho necessário para salientar as lacunas e falhas com apoio construtivo, por exemplo, recomendando soluções e alternativas e identificando os avanços positivos.

ESTUDO DE CASO: ENVOLVER AS COMUNIDADES LOCAIS NA MONITORIZAÇÃO NA NICARÁGUA

A Iniciativa Forum para a Educação e Desenvolvimento Humano da Nicarágua criou mesas redondas de Educação em 44 municípios através das quais trabalha para envolver os cidadãos na monitorização e análise do sector da educação a nível local. Através de recolha de informação, recolha de dados e análise orçamental, as mesas redondas conseguiram identificar lacunas nos orçamentos e apresentaram sugestões para melhorar os gastos. Por exemplo, nas cidades de Telica e Camoapa, La Trinidad e Esteli a sociedade civil usou os resultados para garantir melhorias nos orçamentos municipais. Na costa das Caraíbas, a apresentação da análise do orçamento feita pela sociedade civil teve como resultado o compromisso por parte dos municípios de investir em educação 8% dos seus gastos a nível local. A mesa redonda sobre educação do município de Kukra Hill, por sua vez, conseguiu obter por parte do presidente da Câmara, o compromisso de investir em bolsas para estudantes e educadores, reparações nas salas de aula e nas escolas e o pagamento dos transportes para que os educadores possam participar em workshops de formação e outras atividades.



A seminário de formação com as crianças da escola em Esteli, Nicarágua
Copyright Kjersti Mowé

QUARTA PARTE: RECURSOS ADICIONAIS

FUNDO:

Website: www.globalpartnership.org/
 Elegibilidade: www.globalpartnership.org/eligibility-for-program-implementation-grants/
 Financiamento: <http://www.globalpartnership.org/finance>
 Termos de Referência para Agências de coordenação: www.globalpartnership.org/content/terms-reference-coordinating-agencies
 Recursos: www.globalpartnership.org/library/
 10 Resultados chave desde 2002: www.globalpartnership.org/10-key-data-results/
 Resultados de Aprendizagem Relatório 2013: www.globalpartnership.org/content/results-learning-report-2013/

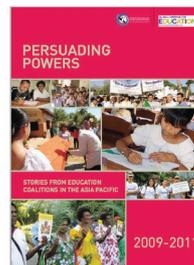
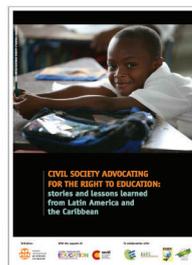
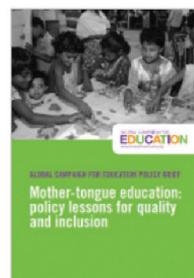
ORIENTAÇÕES:

Orientações da PGE para a preparação e a avaliação do Plano do Sector da Educação: www.globalpartnership.org/content/global-partnership-education-education-plan-development-grant-guidelines
 Guia PGE de Processos ao nível do país (inclui informações sobre grupos locais de educação): www.globalpartnership.org/content/country-level-process-guide/

EXEMPLOS DE PLANOS DO SECTOR DA EDUCAÇÃO:

Benim: Plano do Sector da Educação 3ª Fase 2013-2015 : www.globalpartnership.org/fr/content/b%C3%A9nin-plan-d%C3%A9cennal-de-developpement-du-secteur-de-l%C3%A9ducation-actualise-phase-3-2013-2015/
 Burundi: Plano do Sector da Educação 2012-2020: www.globalpartnership.org/fr/content/burundi-plan-sectorial-de-d%C3%A9veloppement-de-l%E2%80%99C3%A9ducation-et-de-la-formation-2012-2020/
 Camboja: Plano Estratégico de Educação 2009-2013: www.globalpartnership.org/content/cambodia-education-strategic-plan-2009-2013/
 Etiópia: Programa de Desenvolvimento do Sector da Educação IV (ESDPIV): www.globalpartnership.org/content/ethiopia-education-sector-development-program-iv-2010-2015/
 Maláui: Plano Nacional do Sector da Educação 2008-2017,: www.globalpartnership.org/content/malawi-education-sector-plan/
 Moçambique: Plano Estratégico de Educação 2012-2016: www.globalpartnership.org/content/mozambique-education-strategic-plan-2012-2016/
 Nicarágua: Plano Estratégico do Sector da Educação 2011-2015: www.globalpartnership.org/content/nicaragua-plan-estrat%C3%A9gico-de-educaci%C3%B3n-2011-2015/
 Tajiquistão: Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Educação 2012-2020:
 Timor-Leste: Plano Nacional Estratégico da Educação 2011-2030: www.globalpartnership.org/content/national-strategy-education-development-republic-tajikistan-till-2020
www.globalpartnership.org/content/timor-leste-national-education-strategic-plan-2011-2030/
 Somália: Plano Estratégico do Sector da Educação 2012-2016 (Estado da Puntlândia da Somália): www.globalpartnership.org/content/puntland-education-sector-strategic-plan-2012-2016/
 Todos os parceiros dos países em desenvolvimento da PGE: www.globalpartnership.org/developing-countries/

Site da CGE: www.campaignforeducation.org
 O site da CGE inclui recursos importantes sobre questões específicas (por exemplo, ECCD, Direitos à Educação, Política de Professores e Equidade), estudos de caso de melhores práticas do CSEF, bem como exemplos de abordagens da sociedade civil de ligações nacionais apoiadas pela CGE, ASPBAE, ANCEFA, CLADE e ACEA (alguns exemplos abaixo).



CSEF: www.campaignforeducation.org/en/building-the-movement/civil-society-education-fund
 Site ACEA: www.arabcampaignforeducation.org/
 Site ANCEFA: www.ancefa.org/
 Site ASPBAE: www.aspbae.org/
 Site CLADE : www.campanaderechoeducacion.org/

FERRAMENTAS DE PROMOÇÃO DE DEFESA:

VSO START (Conjunto de ferramentas simples para Técnicas de Pesquisa em Promoção de Defesa): http://www.vsointernational.org/Images/start-toolkit-advocacy-research-rebrand_tcm76-21106.pdf

QUINTA PARTE: WORKSHOP E NOTAS DA FORMAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO DE DOIS DIAS

Abaixo está uma possível ordem de trabalhos para um workshop de formação de dois dias sobre como se envolver com os processos de planeamento do sector da educação, para ativistas da sociedade civil e defensores que utilizam este manual. Pode preferir agendar três ou quatro dias, a fim de cobrir completamente todo o material. Esperamos apresentar outros exemplos de ordem de trabalhos no futuro, abrangendo aspectos adicionais, como o planeamento de ações, análise do Plano do Sector da Educação, etc., e convidamos os membros das coligações da CGE a partilhar os seus recursos connosco.

FORMAÇÃO DE DOIS DIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL NO PLANEAMENTO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

PRIMEIRO DIA

1 h Introdução

- Boas-vindas aos participantes. Apresentação dos objectivos da formação e discussão sobre as expectativas dos participantes
- Partilhar as experiências dos participantes na educação, política e sociedade civil

1 h Influência da Sociedade Civil

- Discutir: “Qual é o papel da sociedade civil na educação?”
- Em pequenos grupos, discutir “Alguns dos nossos últimos sucessos / desafios?” e reportar ao grupo

2 h O Plano do Sector da Educação e os processos de planeamento

- Apresentar informações sobre o ciclo de planeamento da educação e do Plano do Sector da Educação
- Apresentar informações sobre o GLE e / ou outros espaços chave de planeamento
- Discutir como funcionam as coisas no seu país
- Sempre que possível, convide alguém do GLE para participar e falar sobre o GLE
- Em pequenos grupos, discutir como é que a sociedade civil pode contribuir para o GLE

1 h PGE

- Apresentar informações básicas sobre a PGE
- Apresentar informações sobre a forma como o GLE se candidata a financiamento PGE
- Apresentar um ‘role play’ do processo de solicitação de financiamento (passos 1-5)

2 h Preparando-se para o envolvimento comprometido

- Apresente as principais questões em preparação (quem somos, o que sabemos, o que queremos, quem conhecemos)
- Reveja a lista de verificação “Planeámos uma participação efetiva?” em pequenos grupos
- Discutir a autoavaliação no grupo grande
- Identificar coletivamente alguns pontos de ação-chave para melhor se preparar para o envolvimento

30 min Conclusões

- Comentários dos participantes, lições aprendidas, discutir a ordem de trabalhos do dia seguinte

SEGUNDO DIA

15 min Introdução

- Discutir a ordem de trabalhos do dia

1.5 h Análise do Sector da Educação

- Introduzir os principais elementos da análise do sector da educação
- Ler estudos de caso sobre xxx e xxx e discutir a influência que a sociedade civil pode ter sobre a análise do sector
- Em pequenos grupos, identificar até cinco áreas-chave de conhecimento ou experiência comunitária que gostaria de incluir na análise do sector; salientar qualquer pesquisa adicional necessária

2 h Envolver-se na preparação do Plano do Sector da Educação

- Apresentar os principais elementos de preparação do Plano do Sector da Educação e da sua aprovação
- Apresentar o Plano do Sector da Educação atual
- Dividir em quatro pequenos grupos *, cada um dos quais discute um dos seguintes aspectos em relação ao plano atual:
 - Prioridades, objetivos e metas
 - Os programas de ação
 - Estrutura institucional
 - Recursos

* Se o grupo for muito grande, divida-o em mais de quatro grupos. Cada tema pode ser discutido por mais do que um grupo.

- Se tiver tempo, discutir informações sobre Aprovação do PSE

1 h Etapas da ação / Influenciando a Política

Voltar para discussão de autoavaliação e discutir sobre:

- Estado do Planeamento da Educação e a participação política e influência da Sociedade Civil no contexto da PGE e GLE, se relevante
- Discutir os pontos fortes e fracos da participação e influência da sociedade civil
- Discutir potenciais ‘pontos de acesso’ no processo de planeamento, e áreas-chave ou questões-chave a trabalhar
- Delinear os próximos passos ou ações que podem ser levadas a cabo pela sociedade civil

30 min P&R

- P & R dos Participantes

30 min Conclusões

- Comentários dos participantes, lições aprendidas, os próximos passos

